



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

ÉDINE BERTO

ESCOLA ESTADUAL VALENTIM BERTO:

Da criação à nucleação.

ERECHIM

2014

ÉDINE BERTO

ESCOLA ESTADUAL VALENTIM BERTO:

Da criação à nucleação.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a: Isabel Rosa Gritti.

ERECHIM

2014

DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação

BERTO, ÉDINE

Escola Estadual Valentim Berto: Da criação à
nucleação/ ÉDINE BERTO. -- 2014.
91 f.

Orientador: Isabel Rosa Gritti.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de História
, Erechim, RS , 2014.

1. Educação Rural. 2. Escola Valentim Berto. 3.
Nucleação Escolar. 4. Política Pública. 5. Brizoleta. I.
Gritti, Isabel Rosa, orient. II. Universidade Federal da
Fronteira Sul. III. Título.

ÉDINE BERTO

ESCOLA ESTADUAL VALENTIM BERTO:

Da criação à nucleação.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a: Isabel Rosa Gritti.

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi defendido e aprovado pela banca em: 18/11/2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a: Isabel Rosa Gritti – UFFS

Prof.^o Dr.^o: Émerson Neves da Silva – UFFS

Prof.^o Me.: Matheus Fernando Morh

A meus pais, Sergio e Fatimina, pelo incentivo em continuar os estudos.

AGRADECIMENTOS

A Deus... Pela força nas horas difíceis, nas privações, nas dúvidas e dádivas. À experiência me tornou mais forte e mais madura.

Aos meus pais, Sergio e Fatimina. Vocês são as peças fundamentais em minha vida e os responsáveis pelo meu crescimento. Obrigada pelo amor recebido, bem como pelo apoio e compreensão em minhas decisões e momentos difíceis.

Ao meu irmão Eliezer e minha cunhada Graziela, pelas longas conversas sobre a faculdade, pelo apoio em conquistar a formação superior. Agradeço por um final de tarde, em março de 2010, quando me encontrava indecisa quanto à matrícula neste curso. Palavras mais, palavras menos, me disseram: “eu gostaria de ter a oportunidade que você está tendo” e, “em meu primeiro dia de estágio, passei mal, pensei havia investido em algo que não poderia trabalhar. O tempo passou. Hoje não me imagino em outro trabalho.”

Ao meu sobrinho Rafael Paulo, que em sua inocência de criança, mesmo sem saber de minhas angústias, distraía-me, alegrando meus dias com suas travessuras e com seu carinho.

Aos meus colegas de turma pelo conhecimento compartilhado em aula. Em especial a Altair, pelas conversas engrandecedoras e tranquilizantes; a Graziela, com quem iniciei meus estudos sobre a Escola Valentim Berto;

Aos professores que tive nessa trajetória. Com sua excelência me fizeram descobrir um mundo novo.

Ao Professor Mafaldo, a Escola Estadual de Ensino Médio São José de Ponte Preta e a 15ª Coordenadoria de Educação, obrigada pelo auxílio na pesquisa.

Aos amigos e todos aqueles que, de uma forma ou outra, contribuíram nestes anos com minha formação.

Finalmente, a quem me ajudou a concretizar esse projeto de vida, que acreditou em mim, quando eu mais precisei: minha orientadora, Professora Isabel Rosa Gritti.

A minha amiga Jordana (in memória).

Obrigada a todos.

Sempre que me candidato a um financiamento governamental para pesquisa, exige-se de mim que assine um compromisso de que não farei experiências com seres humanos. Gostaria que os governos tivessem que fazer o mesmo. (PRZEWORSKI, 1993, *Apud* GENTILI, (org.), 1995, p.43)

RESUMO

Este trabalho trata de uma pesquisa histórica a cerca das Escolas Públicas Primárias Rurais Multisseriadas e Unidocentes, tendo como objeto de estudo a Escola Valentim Berto, pertencente atualmente ao município de Ponte Preta – RS. A metodologia utilizada se refere à pesquisa documental em normas educacionais, documentos da escola objeto de estudo, assim como, a análise de bibliografia especializada no assunto. Aliado a estes procedimentos, contamos com uma entrevista realizada com um ex-professor da instituição, que atuou na escola durante todo o período de funcionamento da mesma. O objetivo primordial da pesquisa se refere a investigar e discutir as políticas públicas de Educação Rural que permitiram a criação das escolas rurais, sua nucleação e posteriormente a extinção do estabelecimento. Buscamos ao longo do estudo discutir o contexto histórico no qual surge a Escola Valentim Berto, evidenciando características referentes ao período em que esteve em funcionamento e, discutir a conjuntura histórica do momento em que encerrou suas atividades. Para atender tais questionamentos, consultamos alguns documentos da Legislação Educacional Brasileira; em seguida empreendemos um estudo acerca dos anos de 1950 ao que se refere à educação rural e, a criação de escolas no meio rural; posteriormente, dedicamo-nos à pesquisa do surgimento, funcionamento e fechamento da Escola Valentim Berto nos documentos da instituição, bem como a entrevista realizada. Por fim, atentamos ao processo de nucleação escolar ocorrido a partir de 1970 e, sugerimos como proposta para a população rural o paradigma da educação do campo. A partir do estudo realizado, percebemos que a educação pública primária rural foi relegada as cinzas do projeto educacional por um longo período e, quando implementada, esteve voltada ao projeto urbano e industrial de desenvolvimento do país. Em relação à Escola Valentim Berto, foi possível ratificar a hipótese de se tratar de uma instituição criada pelo projeto das “Brizoletas” do governador Leonel de Moura Brizola, que após 31 anos de funcionamento, foi fechada devido às políticas públicas de nucleação de escolas rurais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Rural. Escola Valentim Berto. Nucleação Escolar. Política Pública. Brizoletas.

ABSTRACT

This work is a historical research about Public Schools Primary and Rural Multiseriated Unidocentes, having as object of study the Valentim Berto School, currently belonging to the municipality of Ponte Preta - RS. The methodology refers to documentary research in educational standards, school documents object of study, as well as analysis of relevant literature on the subject. In addition to these procedures, we have an interview with a former teacher of the institution, who worked at the school for the entire period of operation of the same. The primary objective of the research refers to research and discuss public policies for Rural Education that allowed the creation of rural schools, their nucleation and subsequent extinction of the establishment. Sought throughout the study discuss the historical context in which it arises Valentim Berto School , showing characteristics for the period it has been in operation and discuss the historical context of the time it ended its activities. To answer such questions, consult some documents of the Brazilian Educational Legislation; then undertook a study of the 1950 what it refers to rural education , and the establishment of schools in rural areas; later, we are dedicated to research on the emergence, operation and closure of Valentim Berto School in the documents of the institution as well as the interview. Finally, we look at the school nucleation occurred from 1970 process and we suggest as a proposal for the rural population the paradigm of rural education. From the study, we realized that the rural public primary education was relegated to the ashes of the educational project for a long period and, when implemented, was geared to urban and industrial development project in the country. Regarding School Valentim Berto, could ratify the hypothesis of whether it is an institution created by the project of “Brizoletas” the governor Leonel de Moura Brizola, who after 31 years of operation, was closed due to public policies nucleation of rural schools.

KEYWORDS: Rural Education. School Valentim Berto. School nucleation. Public Policy. Brizoletas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Localização Geográfica do Município de Ponte Preta/RS.....	38
--	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Mapa do trajeto da cidade de Ponte Preta/RS ao Povoado Valentim Berto (Ponte Preta/RS).....	39
---	----

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01 – Foto do Primeiro Prédio da Escola Valentim Berto – “Brizoleta”	44
Fotografia 02 – Foto da Escola Valentim Berto	68
Fotografia 03 - Foto Atual da Escola Valentim Berto.....	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Números de Alunos Matriculados anualmente na Escola Valentim Berto.....	54
Tabela 02 - Funcionários da Escola Valentim Berto.....	55

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL BRASILEIRO.....	19
2. 1 EDUCAÇÃO COMO DIREITO HUMANO.....	19
2. 2 EDUCAÇÃO RURAL.....	21
2. 3 EDUCAÇÃO RURAL NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS.....	24
2. 4 DECRETOS-LEI N.º 8.529 E 8.530/46 DE 02 DE JANEIRO DE 1946.....	27
2.5 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDB – E A EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL.....	30
3 A BRIZOLETA: GRUPO ESCOLAR EM VALENTIM BERTO.....	36
3. 1 CONHECENDO O TERRITÓRIO DE ONDE SE FALA.....	36
3. 2 A EDUCAÇÃO RURAL NA DÉCADA DE 50.....	40
3.3 GRUPO ESCOLAR RURAL EM VALENTIM BERTO.....	45
4 O PROCESSO DE NUCLEAÇÃO DAS ESCOLAS.....	58
4. 1 O PROCESSO DE NUCLEAÇÃO DAS ESCOLAS RURAIS.....	58
4.2 O PROCESSO DE NUCLEAÇÃO DA ESCOLA VALENTIM BERTO.....	60
4.3 A ESCOLA VALENTIM BERTO ATUALMENTE.....	71
4.4 EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA ALTERNATIVA VOLTADA A REALIDADE RURAL.....	74
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS.....	85
ANEXO A.....	92

1 INTRODUÇÃO

Nosso tema de pesquisa aqui apresentado se refere às Escolas Públicas Primárias Rurais Multisseriadas e Unidocentes, tendo como objeto de estudo a Escola Valentim Berto. A referida instituição, localizada hoje na zona rural do município de Ponte Preta - RS funcionou de 1962 a 1993, sendo que seu fechamento, assim como o de outras instituições, ocorreu devido ao processo de nucleação das escolas rurais. Pretende-se, fazer um resgate da história da instituição, seu surgimento, anos de funcionamento, relação com a comunidade e nucleação, por meio de um estudo histórico da educação no Estado do Rio Grande do Sul, partindo de um amplo contexto até centrar-se em nosso objeto de estudo.

O interesse pelo tema em questão surgiu após a disciplina de História da Educação, em que muito se debateu acerca das escolas rurais. A regente da classe, Professora Isabel Rosa Gritti, propôs a realização de uma pesquisa acerca de uma instituição destas e, posteriormente a elaboração de um pequeno documentário áudio visual. Juntamente com a colega Graziela Vitória Donin, escolhemos como objeto de pesquisa a Escola Valentim Berto, pertencente à cidade a qual resido. A pesquisa restringiu-se a alguns dados referentes ao número de alunos, funcionários, organizações escolares e seu fechamento, não havendo discussões com bibliografia especializadas sobre educação rural. No entanto, foi o bastante para despertar um sentimento que estava escondido ou ofuscado, de tristeza e inquietação de refletir acerca da história de tal estabelecimento que se localiza no caminho ao qual percorro, há quase 10 anos, para realizar meus estudos. O local chama a atenção dos que por lá passam devido ser um prédio praticamente novo, que não é mais utilizado desde o encerramento das atividades escolares, no ano de 1993.

Desta forma, ao que se refere a estudos anteriores acerca do tema temos o documentário acima citado ao qual denominamos de “*Escola Rural Valentim Berto*” que posteriormente deu origem a um artigo de mesmo nome, elaborado para a participação no I Seminário Regional de Educação do Campo e História Oral promovido pela Universidade Federal Fronteira Sul – Campus Erechim (UFFS) e a Universidade Regional Integrada – Campus Erechim (URI) no ano de 2013. O artigo foi apresentado e publicado nos anais do evento.

Quando comecei a arquitetar os planos para a elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso, deparei-me com a árdua tarefa de escolher o assunto a ser pesquisado. Foi um período difícil, inquietante, pois muitos conteúdos despertavam interesse de pesquisa. Tentava-se fazer um recorte, buscar fontes e bibliografias. Buscou-se ler a respeito de alguns

assuntos e refletir, por fim, o diálogo com a família, sempre pronta a acolhe-nos, foi crucial para a decisão de pesquisar acerca da Escola Valentim Berto. A partir disto, o “recorte” foi surgindo e as fontes documentais já eram conhecidas. O terceiro passo foi à escolha das referências bibliográficas, a metodologia e, por fim, organizado o projeto de pesquisa.

O objetivo primordial da pesquisa se refere a investigar e discutir as políticas públicas de Educação Rural que permitiram a criação das escolas rurais, sua nucleação e posteriormente seu fechamento. Nesta perspectiva, trabalhamos dando enfoque ao contexto histórico no qual surge a Escola Valentim Berto, evidenciando características referentes ao período em que esteve em funcionamento e, discutir a conjuntura histórica do momento em que encerrou suas atividades.

Com esta pesquisa, almejamos a produção e a socialização do conhecimento, acerca de escolas rurais da modalidade multisseriadas e unidocentes. Conhecer a trajetória da Escola Valentim Berto contribuirá, também para compreendermos melhor a história da educação rural em nosso Estado, além de contribuir para a história do Município de Ponte Preta.

Com o intuito de organizar nosso objetivo com a pesquisa, iniciamos por uma análise ao que se refere à educação rural da legislação educacional: as Constituições Brasileiras, as Leis Orgânicas do Ensino Primário e as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Partindo deste levantamento buscamos constatar o tratamento que recebeu e recebe a educação rural ao longo dos anos no Brasil. Temos como hipótese que este tipo de escola foi deixado de lado pelas políticas públicas de educação em favor de outros interesses que buscaremos descobrir. Tal hipótese é norteadada pela atual situação da escola alvo desta pesquisa, que teve no ano de 1990 a construção de um prédio novo, mas logo depois, em 1993 foi fechada. Além disso, as leituras e conversas realizadas nas aulas de História da Educação Brasileira demonstraram que a educação rural não era prioridade dos governos. A fim de satisfazer nosso objetivo, ao que se refere à educação rural dialogamos com Silvana Maria Gritti que na obra *Educação Rural e Capitalismo – 2003* faz à crítica a legislação educacional. Segundo a autora, a escola primária rural foi usada para a expansão e a manutenção do modelo capitalista de sociedade.

Em seguida, investigamos o momento social e político do Estado do Rio Grande do Sul, ao que se refere à educação nos anos de 1960, bem como, a instalação da Escola Valentim Berto. Inferimos que a instalação desta esteja ligada ao projeto educacional do governo de Leonel de Moura Brizola “*Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul*”. Para averiguar este contexto trabalhamos com a dissertação de mestrado de Claudemir de Quadros: *A educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola*

(1959-1963) “*Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul*” – 1999; e um artigo do mesmo autor intitulado: “*Brizoletas: A ação do governo de Leonel Brizola na Educação Pública do Rio Grande do Sul (1959-1963)*” – 2001.

Realizamos também uma entrevista com Professor Mafaldo Berto, docente da Escola Valentim Berto durante 31 anos, em outras palavras, por todo o período de funcionamento da instituição. Tal procedimento teve a finalidade de conhecermos melhor a trajetória da escola, bem como, utilizarmos do recurso da história oral que é uma fonte preciosa ao trabalho dos historiadores. Professor Mafaldo, como é chamado pela comunidade e, como nos dirigimos a ele neste trabalho, é filho do Sr.º Valentim Berto, que deu origem ao nome da escola. Nas páginas que se seguem, trataremos a respeito de sua pessoa, a fim de constatarmos qual a ligação dele com a escola. Dedicamo-nos também ao estudo referente à trajetória da Escola, ressaltando dados como o número de alunos, funcionários, currículo, participação dos pais na escola, organização de turmas em classes multisseriadas e unidocentes, assim como, verificamos a origem dos alunos. Além dos dados auferidos na entrevista, trabalhamos com os documentos oficiais da escola pesquisada. Estes se encontram sob a guarda da Escola Estadual de Ensino Médio São José da sede do Município de Ponte Preta, instituição esta que acolheu os alunos da Escola Valentim Berto quando do processo de nucleação. Além disso, alguns poucos documentos também foram encontrados na 15ª Coordenadoria Estadual de Educação. Ambos os estabelecimentos auxiliaram na coleta das fontes necessárias a pesquisa documental.¹

Ao que se refere especificamente ao currículo e a prática pedagógica utilizada na Escola Valentim Berto, buscamos nesta pesquisa, a partir da análise da legislação educacional e do currículo escolar, verificar se existiam disciplinas voltadas à realidade dos alunos, ou seja, com o meio rural. Para isto, averiguou-se na legislação como ocorre a introdução de práticas agrícolas no currículo de escolas rurais e, investigou-se se na escola objeto de nossa pesquisa, tais atividades ocorriam. Tínhamos como hipótese que, por ser uma escola localizada na zona rural, tais disciplinas faziam parte do currículo, sendo, portanto um estabelecimento voltado a fixar o homem no campo.

Quando falamos a respeito do processo de nucleação utilizamos contribuições da dissertação de mestrado de Everaldo Marini em 2010 que trata da “*Nucleação de comunidades escolares tradicionais no município de Nova Petrópolis: perspectivas*

¹ Tais documentos foram: Livros de Matrículas, Boletins Estatísticos, Diários de Classe, Livros de Controle – Frequência – Conteúdos – Avaliação, Regimentos da Escola Estadual de 1º Grau Incompleto, Livros de Atas, Escrituração do Patrimônio Escolar, Registro de Funcionários, Correspondências, Súmula de Cessão de Uso, Ofícios, Pareceres do Conselho Estadual de Educação.

interculturais no processo de escolarização”. O autor utiliza o conceito de nucleação defendido por D’ Agostini, 2003, ao qual também compartilhamos. Outra dissertação de mestrado utilizada é a de Claudemir Pereira Madeira de 2010 “*Da Multisseriação à Nucleação: a Escola Municipal Alfredo Dias de Cerrito/RS – Décadas de 1980 a 1990*”, que aponta os objetivos da Secretaria Estadual de Educação para com a nucleação.

Investigamos também o momento histórico em que ocorre o fechamento da escola a fim de perceber a mudança no tratamento dado à educação rural no momento da criação da Escola Valentim Berto e em seu posterior fechamento. Por meio da Ata Nº. 02/1993 da Escola, do Parecer Nº. 243/84 – Processo Nº. CEE 568/82 que trata das “*Normas referentes à cessação de atividades escolares e à extinção de estabelecimentos e de grau de ensino*”, bem como das falas do Professor Mafaldo e demais documentos, trabalhos a fim de constatarmos como ocorreu o processo de nucleação do estabelecimento. Objetiva-se averiguar quais os argumentos utilizados pela Secretaria Estadual de Educação para o fechamento da Escola Valentim Berto, bem como, verificar se estes são plausíveis de serem aplicados a referida instituição.

Para a realização do proposto, trabalhamos orientados por estudos de Marc Bloch, (2001) que chama a atenção para nosso ofício:

As características mais visíveis da informação histórica, entendida no sentido restrito e usual do termo, foram muitas vezes descritas. O historiador, por definição, está na impossibilidade de ele próprio constatar os fatos que estuda. Nenhum egiptólogo viu Ramsés; nenhum especialista das guerras napoleônicas ouviu o canhão de Austerlitz. Das eras que nos precederam, só poderíamos, portanto falar segundo testemunhas. Estamos, a esse respeito, na situação do investigador que se esforça para reconstruir um crime ao qual não assistiu; do físico, que, retido no quarto pela gripe, só conhecesse os resultados de suas experiências graças aos relatórios de um funcionário de laboratório. Em suma, em contraste com o conhecimento do presente, o do passado seria necessariamente "indireto". (BLOCH, 2001, p. 69)

Aliado as palavras de Bloch (2001), a fim realizar um trabalho que dialogue com os diversos métodos da história, atentou-se para a importância da fonte oral em nosso trabalho. Segundo Maurílio Rompatto (2010):

[...] a oralidade como fonte de pesquisa vem ganhando força, principalmente, entre os que a aceitam como expressão de realidades vividas por pessoas, ou grupos de pessoas de diferentes culturas e, particularmente pelos grupos que não tem a sua história registrada pelos meios oficiais. Para esses historiadores livres de preconceito e desejosos de uma pesquisa histórica sem exclusão deste ou daquele grupo social, a cultura expressa na oralidade uma vez registrada, gravada e transcrita, sua transcrição transforma-se numa importante criação documental. (ROMPATTO, 2010, p. 5)

O trabalho está dividido em três capítulos, no primeiro é realizado um estudo acerca do conceito de educação e da educação rural, a fim de melhor conhecer o assunto trabalhado. A partir deste é empreendida a análise das sete Constituições Brasileiras, do Decreto-Lei N.º 8.529/1946 que trata da Lei Orgânica do Ensino Primário, e o Decreto-Lei N.º 8.530/1946 que dispõe sobre a Lei Orgânica do Ensino Normal, além das três Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

No segundo capítulo buscou-se conhecer a respeito da educação rural no Brasil, dando enfoque maior para o Estado do Rio Grande do Sul onde foi implementado o projeto *“Nenhuma criança sem Escola no Rio Grande do Sul”* no governo de Leonel de Moura Brizola. O referido projeto, conhecido como *“As Brizoletas”* se disseminou pelo Estado gaúcho, levando escolas aos mais longínquos territórios. Ainda, neste extenso capítulo, destacamos o surgimento e o funcionamento da Escola Valentim Berto.

No terceiro capítulo, discutimos a respeito do processo de nucleação escolar ocorrido na década de 1990. Destacamos como este ocorreu na Escola Valentim Berto, bem como a transferência dos alunos para a escola-núcleo. Por fim, como sugestão as populações rurais, propomos o projeto de educação do campo, voltado a atender as demandas deste povo bem como, a fixá-los no meio rural. Tema este que atualmente ganha destaque junto aos movimentos sociais do campo e as populações camponesas.

2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL BRASILEIRO

[...] “Na verdade, as questões de educação são engendradas nas relações que os homens estabelecem ao produzir sua existência. Nesse sentido, a educação não é um fenômeno neutro, mas sofre os efeitos da ideologia, por estar de fato envolvida na política.” (ARANHA, 1996. p. 19).

2.1 EDUCAÇÃO COMO DIREITO HUMANO

Atualmente muito se discute a respeito do tema educação escolar. São inúmeros pesquisadores que se dedicam ao estudo deste objeto: problemas de método, currículo, cultura escolar, livros didáticos, entre outros. Todos com a finalidade de melhor compreender o processo educacional, bem como, qualificá-lo. Neste trabalho, tratar-se-á da educação no meio rural, partindo de uma análise mais geral do cenário educacional, até centrar-se no estudo da Escola Valentim Berto. A referida instituição, localizada na zona rural do município de Ponte Preta - RS funcionou de 1962 a 1993, sendo que seu fechamento ocorreu devido ao processo de nucleação das escolas rurais, o que tornou mais difícil o acesso a esse direito humano.

Carlos Rodrigues Brandão (2007) no livro *O que é educação* elabora um breve estudo acerca da história da educação e logo no início deste, expõem que “Ninguém escapa da educação.” (p. 07) Em todos os ambientes e modos de vida o ser humano passa pela educação, seja ela praticada na casa, na escola ou em sociedade. Segundo o autor,

Em todo tipo de comunidade humana onde ainda não há uma rigorosa divisão social do trabalho entre classes desiguais, e onde o exercício social do poder ainda não foi centralizado por *uma classe* como *um Estado*, existe a educação sem haver a escola e existe a aprendizagem sem haver o ensino especializado e formal, como um tipo de prática social separada das outras. E da vida. (BRANDÃO, 2007, p. 32)

Por esta passagem, percebemos que o “espaço educacional” não é apenas o da escola. Esta passa a se constituir como a responsável pela educação em um período posterior, que faz deste direito humano, o mesmo que com os demais direitos: o campo político passa a controlar.

A palavra educação possui várias definições, dadas por diferentes estudiosos, que embora pareçam distintas umas das outras, na essência traduzem significados que nos dão a ideia de ensinar e aprender em sociedade. Sabemos que não é fácil conceituar a palavra educação, pois definir e determinar são termos de forte expressão que indicam o término de

possíveis significações e, quando delimitamos algo estaremos sempre negando demais percepções.

Dermeval Saviani, na obra *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações* (2011), expressa a ideia da palavra educação da seguinte maneira: “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. (Saviani, 2011 p. 13). Definição esta que toma a educação objetivamente em sua realidade histórica, leva em consideração uma concepção de mundo e de conhecimento, tendo o homem caráter mediador da educação no interior da sociedade.

Émile Durkheim, um importante sociólogo, ao escrever sobre a educação como processo socializador, também contribuiu para o entendimento a respeito da educação. Para este estudioso,

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine. (DURKHEIM, 1987. p. 42)

Com base neste excerto, constatamos que para Durkheim (1987), a educação é para a sociedade, o meio que prepara os seres humanos para as condições essenciais da existência. Segundo o autor, é a educação que constituiu o ser social em cada indivíduo.

Partindo das conceituações acima, de ser a educação uma forma de capacitar às pessoas de maneira integral e consciente, cabe-nos ressaltar que o Brasil possui reconhecido em lei própria à educação como direito humano. A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205 estabelece:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988.)

Desta forma, a educação se constitui como direito necessário à realização da dignidade humana plena de todos os seres humanos, independente de qualquer condição social. Conforme constatado, é a educação, de responsabilidade do Estado e da família, com o auxílio da comunidade. Ou seja, não apenas responsabiliza o Estado ao que se refere à educação escolar, mas os demais agentes sociais envolvidos no processo educativo. Além disso, a norma nos faz perceber que o referido procedimento permeia a vida das pessoas, podendo ocorrer no âmbito familiar, comunitário, no trabalho, nos vários ambientes frequentados pelos

homens, portanto, todos estão envolvidos neste processo. Sem dúvida, os núcleos escolares são os promotores mais importantes desta ação, pois são neles que se desenvolvem as aprendizagens básicas de alfabetização e letramento, bem como elementos da formação humana, que auxiliam na melhor realização da cidadania e na defesa e promoção de outros direitos.

Sendo a educação um direito humano, esta pressupõe o desenvolvimento de todas as habilidades e potencialidades dos homens, mas carrega consigo algumas características indispensáveis a sua realização, que segundo Sergio Haddad, (2012, p. 217) seriam: disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e adaptabilidade. Assim, é de obrigação do Estado garantir educação gratuita e acesso a esta por todas as pessoas. Da mesma forma, a educação oferecida deve atender aos critérios curriculares de qualidade e ser aceitável aos pais e aos alunos. Aliado a estas características, a escola deve se adaptar a realidade dos alunos no que se refere à cultura e ao meio em que ocorre o processo de ensino aprendizagem, assim como, levar em consideração as realidades mundiais. Tais características se referem também ao Art. 206 da Constituição Federal Brasileira de 1988 que indica os princípios da educação, dentre vários destacamos a universalidade na implantação do ensino, respeitando diferenças, garantindo gestão democrática, gratuidade e valorização profissional.

2.2 EDUCAÇÃO RURAL

Voltando nossa atenção a educação rural, objeto deste estudo, dialogamos com a estudiosa Marlene Ribeiro (2012), “para definir educação rural é preciso começar pela identificação do sujeito a que ela se destina” (p. 293). Conhecer os destinatários significa saber a que público nos direcionamos durante o trabalho aqui realizado, bem como, sua realidade cotidiana. Desta forma, podemos os denominar de população agrícola, ou camponesa: homens e mulheres que residem e trabalham no campo retirando da agricultura os meios necessários a sobrevivência.

Ao se buscar registros acerca da educação rural, se fez necessário recordar que o Brasil passou pelo período colonial no qual se verifica a ocorrência da escravidão, latifúndios, extrativismo e exportação. Tais aspectos levam a afirmar que escravos e populares não necessitavam de estudo, apenas força de trabalho, pois suas atividades eram excepcionalmente braçais. Apenas as elites se valiam do aprendizado escolar com intelectuais particulares e farto acervo bibliográfico. Os escassos projetos políticos destinados à educação rural demonstram o desinteresse do Estado e, por que não dizer das elites nacionais para com esta.

Na década de 1960, os estabelecimentos escolares da zona rural atingiram seu auge quando do período de industrialização do país, onde se sentiu a necessidade de levar ao campo escolas que, por meio do processo de ensino aprendizagem, pudessem auxiliar na modernização do campo pela introdução de máquinas, insumos e inseticidas agrícolas, novas técnicas. Assim viu-se na escola a oportunidade de chegar mais próximo dos agricultores e propor o desenvolvimento, foi à escola rural uma espécie de “motor” que disseminou os mecanismos do novo modelo proposto de sociedade.

Ao que se refere ao conceito de educação rural recorremos a Lia Maria Teixeira de Oliveira e Marília Campos, que ao escreverem a respeito da Educação Básica do Campo, no *Dicionário da Educação do Campo – 2012* conceituam educação rural de maneira exemplar, colocando que:

Ao contrário da Educação do Campo, a educação rural sempre foi instituída pelos organismos oficiais e teve como propósito a escolarização como instrumento de adaptação do homem ao produtivismo e à idealização de um mundo do trabalho urbano, tendo sido um elemento que contribuiu ideologicamente para provocar a saída dos sujeitos do campo para se tornarem operários na cidade. [...] (OLIVEIRA e CAMPOS, 2012, p. 238)

A partir desta determinação percebemos que as escolas rurais visavam inserir, as populações abrangentes de sua área de ensino, na cultura capitalista urbana. Além disso, tratavam-se estas escolas de projetos governamentais que viam às populações rurais, na maioria das vezes, como objetos e não como sujeitos dos processos educacionais, pois não foram estas consultadas acerca de suas necessidades educacionais, muito menos, lhes foi exposto sobre o programa educacional do qual passariam a fazer parte.

Pesquisas na área apontam que até os anos 1970 as implementações na educação foram de grande frequência: cursos, seminários, semanas pedagógicas, influenciadas principalmente por organismos norte-americanos. Externos as realidades brasileiras tais projetos² tiveram maior apoio do Ministério da Educação (MEC) quando se referiam a “expropriação da terra e à consequente proletarização dos agricultores”. Segundo Ribeiro (2012) as agências de fomento norte-americanas buscavam implantar no Brasil um modelo produtivo agrícola gerador de dependência científica e tecnológica dos trabalhadores do campo. A fim de colocar em prática referida teoria estrangeira, era necessário aniquilar os saberes acumulados pelos agricultores até o momento, e a estes expor os novos tratos com a terra. E para tal,

² Projetos estes versavam a respeito dos acordos MEC-Usaid (Ministério da Educação e Cultura e United States Agency for International Development), em que o Brasil recebia a assistência técnica e cooperação financeira para implantação de reforma no sistema educacional. Em item posterior, trataremos melhor a respeito do assunto.

[...] as instituições encarregadas de implantar aquelas políticas recebiam os “pacotes” fechados, de modo a não interferirem nos objetivos, metodologias e conteúdos constituídos nos programas. Desta maneira, os mesmos eram repassados aos centros comunitários, escolas e sindicatos tomados como parceiros, sem que tivessem participado da elaboração dos referidos “pacotes” e sem ao menos ter conhecimento de suas origens. (RIBEIRO, 2012, p. 297)

Nesta mesma linha de raciocínio, a autora continua a discorrer a respeito da transformação do homem do campo em mão-de-obra disciplinada para o trabalho assalariado e, o consumo de produtos agrícolas norte-americanos.

Outra estudiosa que se refere à educação rural em seus trabalhos e dialoga com Ribeiro (2012), é Silvana Maria Gritti que na obra *Educação Rural e Capitalismo* (2003) defende que as políticas governamentais incidiram sobre a estrutura curricular, a formação de professores e as organizações escolares rurais, buscando a separação entre o mundo do trabalho agrícola e o mundo da educação escolar com vistas ao trabalho urbano industrial. Para Gritti (2003), os Clubes Agrícolas, que eram organizações do interior das escolas, foram a “voz da modernização da agricultura”. Tais organizações destruíam com os saberes ancestrais do cultivo da terra dos agricultores e introduziram as mais recentes tecnologias e descobertas no ramo: máquinas, inseticidas, adubos químicos que buscavam criar dependência e expulsar os agricultores da terra.

Atentos ao processo, percebemos que a maneira como a educação é ofertada já traz imbuída, características que a impossibilitam de ser um processo que atenda a todos igualmente. Muitos não têm sucesso, ou melhor, não realizam seus projetos, não por serem piores ou ignorantes, mas por não terem a oportunidade de colocar suas ações em prática devido ao cerceamento que a escola e seu projeto lhe impuseram. Muitos dos alunos que frequentaram as escolas rurais a partir dos anos 1950 ficaram bloqueados e impedidos de ascenderem ao nível da elaboração do saber. Tal processo ocorre pelo motivo da distribuição desigual dos bens, no caso, a educação. Segundo Maria Lúcia de Arruda Aranha,

Essas considerações nos advertem de que o fenômeno educacional não pode ser definido como neutro, uma vez que se encontra intrinsecamente ligado aos problemas econômicos, políticos e sociais de seu tempo. A escola não é uma ilha, mas faz parte do mundo, e nesse sentido reflete as disparidades e as lutas sociais. [...] (ARANHA, 1996, p. 16)

A partir disto, temos uma sociedade dividida em classes devido à oportunidade de acesso aos instrumentos de sistematização do saber ocorrer de maneira heterogênea. Observamos também que a relação escola rural e sociedade, se restringia a adequar o ensino

ao modelo da organização burocratizada, ou seja, oferta e procura de mão-de-obra ao mercado.

Conforme dito anteriormente, neste primeiro capítulo reside em analisar a legislação educacional a fim de verificar como a educação na zona rural vem sendo tratada ao longo dos anos. A partir de agora, nos dedicaremos a esta tarefa, fazendo uma análise do tratamento que recebeu e recebe a educação nos espaços rurais nos documentos que correspondem as Constituições Federais, as Leis Orgânicas do Ensino Primário e Normal e, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

2.3 EDUCAÇÃO RURAL NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

A educação no meio rural brasileiro foi relegada as cinzas do projeto educacional do país, e por conta disso, por um longo período o acesso ao conhecimento e a garantia de educação de qualidade as estas populações permaneceram desprovidas de políticas específicas. O sistema de ensino nacional foi forjado pelos interesses da elite colonizadora que, formada por uma sociedade de senhores e escravos, almejava apenas explorar as riquezas do país, deixando à margem questões referentes à educação. Tais afirmações podem ser constatadas ao promovermos um estudo das legislações brasileiras ao que se refere ao sistema de ensino, pois este está de fato, envolvido com a política.

Na perspectiva da pesquisa, as Constituições são compreendidas como fontes documentais para compreender temas relevantes, como o da educação, nos diferentes momentos históricos. As Constituições expressam desejos de reforma na sociedade, apontam possibilidades, porém não são garantias. Partindo deste princípio, passaremos a analisar as Constituições Brasileiras, ao que se refere ao tratamento da educação no meio rural.

No século XIX o Brasil ainda não contava com uma política de educação planejada que pudesse ser chamada de pedagogia brasileira, algumas mudanças ocorridas tendiam a resolver problemas imediatos do processo educacional. A primeira Constituição Brasileira é datada de 25 de março de 1824, tendo sido promulgada pelo Imperador Dom Pedro I logo após a dissolução da Assembleia Constituinte, em 1823.

A Constituição de 1824, ao que se refere à educação, apenas garante a gratuidade da instrução primária e que colégios e universidades deveriam primar pelo ensino de elementos das ciências, belas artes e letras. Nota-se que a referida lei não se detém muito a educação, pois não esta, estava dentre as prioridades cotidianas, havia outras, como a consolidação do

modelo econômico agrário-comercial emergente e as primeiras tentativas de industrialização, que surgiam.

A Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891 é a sucessora, sendo promulgada e decretada logo após a Proclamação da República Brasileira. O cenário político é marcado por disputas pelo poder central, fazendo surgir alguns movimentos de insurreição. A educação ainda era privilégio de muito poucos, não se tinha o interesse voltado para a alfabetização, apenas algumas famílias de classe média buscavam as escolas para os filhos, mas observando a população no geral, a educação não se caracterizava como uma preocupação do Poder Público.

A passagem do Império para a República não provocou transformações na área educativa. O sistema administrativo emergente fixou a atribuição ao Congresso de legislar sobre a instrução superior, assim como de criar instituições desta modalidade de ensino e de educação secundário nos Estados, da mesma forma, propôs o desenvolvimento das letras, artes e ciências e o ensino leigo em instituições públicas. Logo, até o período estudado nada se constatou a respeito da educação no meio rural e, ao que se refere ao sistema educacional verifica-se pouca preocupação por parte do governo. (Vieria e Farias, 2007. p. 81).

Com a deposição do presidente Washington Luís, ascende ao poder, Getúlio Vargas que inicia um processo de mudanças políticas, econômicas e sociais em vista de adequar o país ao novo ciclo de produção econômica, quando o modelo agrário-exportador cede lugar à substituição das importações. É neste momento que ocorre a promulgação da Constituição Federal de 1934, de caráter democrático e inspiração liberal, que dedica um capítulo a educação e a cultura. Antes disso, temos a criação, em 1930, do Ministério de Educação e Saúde que sob o comando de Francisco Campos propõem um conjunto de medidas educacionais³ a serem tratadas. A Constituição do primeiro período de Getúlio Vargas no poder reafirma aos Estados e ao Distrito Federal a responsabilidade pela organização e manutenção de sistemas educativos, deixando a União com a responsabilidade de traçar as diretrizes da educação nacional, além de fixar o Plano Nacional de Educação.

Ao se referir ao financiamento da educação, a Lei prega a obrigatoriedade de a União destinar no mínimo 20% para a educação no meio rural, levando em consideração para o cálculo, às cotas da educação no ano. Enquanto, para a educação urbana a obrigatoriedade de

³ Algumas medidas: estabeleceu o currículo seriado, a frequência obrigatória, programou a modernização do ensino secundário brasileiro conferindo organicidade a este por meio da fixação de uma série de medidas como o aumento do número de anos e sua divisão em dois ciclos (fundamental e complementar), ao ensino de línguas estrangeiras além de mudanças aos conteúdos, deu maior atenção a línguas tidas como modernas (francês, inglês) que prevaleceram em relação ao latim. Também importante citar a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e reestruturação do sistema federal de inspeção.

recursos aplicados era nunca menos de 10%. A Constituição de 1934 é a primeira a incluir as escolas rurais no debate: “Art. 156 - Parágrafo único - Para a realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual.” (Brasil, 1934) Verifica-se desta forma que a atenção agora se voltou também aos estabelecimentos educacionais das zonas rurais, dedicando maior parcela do orçamento para sua implantação e desenvolvimento.

Em 10 de Novembro de 1937 é outorgado pelo presidente Getúlio Vargas a nova Constituição: a do Estado Novo. Imposta pelas forças ditatoriais no poder do país. O texto é direcionado para o ensino e inteiramente orientado para a formação profissional, o objeto de atenção prioritária das reformas encaminhadas pelo ministro da educação Gustavo Capanema. No teor do documento, verifica-se o direcionamento as classes menos favorecidas, do ensino pré-vocacional e profissional como sendo, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Além disso, passa a orientar as indústrias e sindicatos econômicos para que invistam em escolas de aprendizes para os filhos de seus empregados e associados iniciarem no mundo do trabalho.

Como em regimes anteriores, o Estado Novo passa a sofrer com as lideranças de partidos contrários que se opõem e se manifestam contra a ditadura de Vargas. O presidente é deposto em 1945 por forças civis e militares opostas e o país, de 1943 a 1964 passa a ser dirigido por 8 (oito) diferentes presidentes, sendo um período de difícil definição, oscilando a orientação em períodos de maior e menor abertura política. É neste cenário que em 18 de setembro de 1946 é promulgada nova Constituição: de inspiração ideológica liberal-democrática retoma a essência da Constituição de 1934, reflete o processo de redemocratização do país, após a queda da ditadura de Vargas. Apresenta algumas novidades, mas em nenhum momento se refere à educação na zona rural.

Com a imposição do Regime Ditatorial em 1964, temos em 24 de janeiro de 1967 a promulgação de uma nova Constituição, a Militar. Em 1969 recebeu nova redação por emenda decretada pelos Ministros Militares, que só intensificou a concentração do poder de posse do Executivo dominado pelo Exército. Porém não faz menção ao ensino na zona rural, tanto na primeira versão, assim como na Emenda de 1969.

Por fim, temos em 05 de outubro de 1988 a promulgação da atual Constituição brasileira que dentre vários aspectos, assegurou a independência e harmonia entre os poderes e ampliou os direitos sociais, fixando a educação como tal. Assim como as que a precedem, não trata especificamente da educação no contexto rural.

2.4 DECRETOS-LEI N.º 8.529 E 8.530/46 DE 02 DE JANEIRO DE 1946

Durante nossa pesquisa a respeito dos Decretos-Lei N.º 8.529 e 8.530/46, procuramos dados referentes ao sua validade, se foram revogadas, se houveram alterações ou leis posteriores. Constatamos, segundo os registros da Câmara de Deputados sobre a legislação brasileira, quanto à situação dessas duas Leis Orgânicas - Ensino Primário e Ensino Secundário - , não consta revogação expressa. Entretanto, cabe lembrar que a figura do Decreto-Lei deixou de ser prevista a partir da Constituição Federal de 1988. Assim, esse tipo de documento legal não mais existe na legislação brasileira. Sabendo que em 1961 o Brasil passa a ter a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, entende-se que a legislação anterior a esta prescreveu. Frente a estes dados, tendo a Escola Valentim Berto iniciado suas atividades em 1962, posterior aos Decretos citados, os analisaremos a fim de mostrarmos um panorama geral da educação primária no país.

Com a deposição de Getúlio Vargas do poder da nação brasileira em 1945, assume de maneira interina, José Linhares, advogado cearense que exerceu a Presidência por convocação das forças Armadas, pois no período era Presidente do Supremo Tribunal Federal. Sua principal missão foi garantir a estabilidade do país e presidir as eleições gerais de dezembro de 1946.

A política educacional encontrava-se direcionada para a formação de força de trabalho moldada para as necessidades da modernização da economia brasileira. No período de três meses e cinco dias, em que Linhares esteve sob o comando do país, algumas mudanças foram implementadas: ao que se refere ao campo educacional, foi promulgado o Decreto-Lei N.º 8.529/1946 que trata da Lei Orgânica do Ensino Primário, e o Decreto-Lei N.º 8.530/1946 a Lei Orgânica do Ensino Normal. Tais normas tinham a finalidade de melhor organizar e direcionar a educação. Também, ocorreram outros Decretos-Leis importantes para a área da educação que passaram a complementar as Leis Orgânicas do Ensino que haviam sido promulgadas na Reforma de Gustavo Capanema - 1942, quando deste no comando do Ministério da Educação e Saúde – 1934 a 1945.

A partir de 1946, à União estabeleceu diretrizes acerca de todos os níveis e ramos da educação nacional, possibilitando a Raul Leitão da Cunha, então Ministro da Educação e Saúde, uma melhor gestão. Temos no Artigo 52 do Decreto-Lei N.º 8.529/46, que:

Art. 52. O Ministério da Educação e Saúde providenciaram, por seus órgãos técnicos, e em cooperação com a administração dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, no sentido da realização de estudos e pesquisas especiais sobre a

organização do ensino primário, verificação de seu rendimento social, apuro e oportunidade dos levantamentos estatísticos, e mais eficiente aplicação dos recursos. (BRASIL, 1946)

A partir de 1946, a nação brasileira passou a reconhecer os direitos sociais, dentre eles a educação pública. Tal reconhecimento emerge no período em que a economia era voltada para o modelo industrial que exigia escolaridade para o mercado de trabalho. Embora a maior concentração populacional residisse na zona rural, à atenção do governo se voltava para a produção industrial dos centros urbanos, o meio rural passou a sofrer com a entrada da mecanização da agricultura e a expulsão do homem do campo para as cidades.

No Capítulo III do Decreto-Lei nº 8.529/46, encontramos referências da ligação do ensino primário com as modalidades de ensino:

Art. 5º O ensino primário manterá da seguinte forma articulação com as outras modalidades de ensino:

1. O curso primário elementar com os cursos de artesanato e com os de aprendizagem industrial e agrícola.
2. O curso primário complementar com os cursos ginásial, industrial, agrícola e de formação de regentes de ensino elementar.
3. O curso supletivo com os cursos de aprendizagem agrícola e industrial e com os de artesanato, em geral.

Art. 6º Os cursos de jardim de infância se articularão com o curso primário elementar. (BRASIL, 1946)

Verificamos que o Ensino Primário Elementar, alvo de nossa pesquisa, mantinha articulação com a aprendizagem de técnicas agrícolas, ou seja, a escola deveria ofertar aos alunos oportunidades e momentos de estudo diretamente ligados com o trabalho na zona rural. Nos capítulos seguintes da norma, encontram-se os conteúdos a serem trabalhados nas escolas, no qual verificamos pequenas aberturas a qual fazemos inferências que poderiam ser utilizadas para a inserção de atividades pedagógicas ligadas ao meio em que se encontravam os alunos, no caso, a zona rural. Quando trata do Curso Primário Elementar, destacamos o seguinte fragmento: “Art. 7º. IV. Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho.” A respeito do Ensino Primário Complementar temos:

Art. 8º. V. Conhecimentos das atividades econômicas da região.

...

VII. Trabalhos manuais e práticas educativas referentes às atividades econômicas da região. (BRASIL, 1946)

A norma ao especificar as disciplinas, não faz menção às características do trabalho na zona rural, porém, deixam em aberto algumas possibilidades, como as destacadas, para que a

direção e professores pudessem inserir tais assuntos no decorrer do planejamento curricular. Porém encontramos afirmativas que discordam da nossa: “A lei especifica as disciplinas e as atividades para cada um dos cursos, sem, no entanto, fazer qualquer menção às características peculiares do trabalho rural.” (Gritti, 2003, p. 23). A autora expressa sua indignação com as práticas que não levam em consideração estes aspectos.

Continuando nosso diálogo com Gritti (2003), concordamos com a estudiosa quando esta propõe que a Lei Nº 8.529/1946 faz uma generalização das escolas do país:

De acordo com as evidências, constata-se que a lei tem características homogeneizadoras, que igualam e unificam as escolas em âmbito nacional. Essa escola que vai ser implementada no meio rural é uma pensada *para* o homem rural e não *pelo* homem rural, melhor dizendo, para um homem rural que deve pensar e agir como um homem urbano. (GRITTI, p. 24, 2003)

Ao que se refere à duração dos períodos letivos, bem como aos proprietários de empresas agrícolas, a presente norma atenta para que o período de férias seja fixado de acordo com as conveniências regionais a fim de assegurar o acesso e permanência à escola. Percebemos o interesse do governo em chegar até o ponto mais distante com a difusão dos conhecimentos e práticas exigidas pela emergência do processo de industrialização do país. Temos que as Leis no âmbito da educação visavam adequar à população as novas tendências do mercado de trabalho.

Segundo o Decreto-Lei Nº 8.530/1946 - Lei Orgânica do Ensino Normal - constatamos que este se caracteriza como um dos ramos de segundo grau a fim de promover a formação de pessoal docente e administrativo para as escolas primárias. O ensino normal estava assim seccionado:

Art. 2º. O ensino normal será, ministrado em dois ciclos. O primeiro dará o curso de regentes de ensino primário, em quatro anos, e o segundo, o curso de formação de professores primários, em três anos.

Art. 3º. Compreenderá, ainda o ensino normal cursos de especialização para professores primários, e cursos de habilitação para administradores escolares do grau primário. (BRASIL, 1946)

Além disso, os estabelecimentos de Ensino Normal também eram diferentes:

Art. 4º Haverá três tipos de estabelecimentos de ensino normal: o curso normal regional, a escola normal e o instituto de educação.

§ 1º Curso normal regional será o estabelecimento destinado a ministrar tão somente o primeiro ciclo de ensino normal.

§ 2º Escola normal será o estabelecimento destinado a dar o curso de segundo ciclo desse ensino, e ciclo ginásial do ensino secundário.

§ 3º Instituto de educação será o estabelecimento que, além dos cursos próprios da escola normal, ministre ensino de especialização do magistério e de habilitação para administradores escolares do grau primário.

§ 4º Os estabelecimentos de ensino normal não poderão adotar outra denominação senão as indicadas no artigo anterior, na conformidade dos cursos que ministrarem.

Parágrafo único. É vedado a outros estabelecimentos de ensino o uso de tais denominações, bem como o de nomes que incluam as expressões normal, pedagógico e de educação. (BRASIL, 1946)

Determinado por esta norma, a pessoa que estudava no primeiro ciclo oferecido em Escolas Normais Regionais, auferia a formação de Regente de Ensino Primário, podendo ofertar aulas somente na zona rural, pois sua formação estava voltada para além das disciplinas normais, contava com a formação para trabalhos manuais e atividades econômicas da região e de economia doméstica. Tais temas conduziam os alunos ao conhecimento das técnicas regionais de produção e organização do trabalho. Porém a formação de Regente não possuía qualquer disciplina ligada a prática pedagógica, como por exemplo, psicologia da educação ou prática de ensino, apenas temas como matemática, português, história, ou seja, era oferecido um conhecimento básico sem nenhuma preocupação com o pedagógico. Por outro lado, no segundo ciclo, voltado para a formação de Professores Primários, composto por três séries anuais, havia maior atenção às disciplinas voltadas para a formação profissional. Temos por exemplo: biologia educacional, metodologia do ensino primário, práticas de ensino e demais temas que tinham o objetivo de preparar o aluno para o exercício docente.

O profissional com formação para trabalhar em escolas da zona rural, não recebia a nomeação de Professor, e sim, de Regente de Ensino Primário, em outras palavras, possui formação diferenciada, mas não é considerado professor, recebe uma titulação inferior. Isso porque cursava apenas o primeiro ciclo do curso normal composto por quatro anos e já podia ministrar aula. Seriam os homens camponeses menos que os homens urbanos, pois recebiam apenas um Regente e não um Professor?

O fato está no interesse do governo em apenas ofertar o mínimo para as populações mais afastadas dos centros como forma de atingir a toda a população. Além disso, havia o empenho em mecanizar o campo com as novas tecnologias e a massiva expulsão dos pequenos proprietários de terra para servir ao mercado de trabalho e assim possibilitar a concentração da propriedade da terra.

2.5 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDB – E A EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL

Dando continuidade ao trabalho de investigação do tratamento recebido pela educação rural no Brasil, nos dispomos neste momento, a analisar as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que sendo normas específicas da legislação educacional, podem auxiliar neste trabalho. A LDB dispõe sobre todos os aspectos do sistema educacional, define e regulariza a educação nos mais variados âmbitos, sempre obedecendo às bases dos princípios presentes na Constituição. A primeira LDB foi publicada em 1961, mas desde a Constituição de 1934 já estava prevista: o Projeto de Lei foi enviado pelo Executivo ao Legislativo em 1948, mas aprovado somente em 1961, quando alguns dos itens já não mais se adequavam a realidade do país.⁴

Em 20 de dezembro de 1961 é promulgada a primeira LDB, sob o Nº 4.024. Esta passou a legislar sobre todos os níveis de ensino do país determinando, por exemplo:

Art. 11. A União, os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino, com observância da presente Lei.

Art. 12. Os sistemas de ensino atenderão à variedade dos cursos, à flexibilidade dos currículos e à articulação dos diversos graus e ramos.

[...]

Art. 32. Os proprietários rurais que não puderem manter escolas primárias para crianças residentes em suas glebas deverão facilitar-lhes a frequência às escolas mais próximas, ou propiciar a instalação e funcionamento de escolas públicas em suas propriedades.

[...]

Art. 35. Em cada ciclo haverá disciplinas e práticas educativas, obrigatórias e optativas. (BRASIL, 1961)

Segundo o Artigo 11, os municípios não eram reconhecidos para legislar sobre a educação, deviam seguir orientação superior. O artigo seguinte deixa transparecer, à ideia do funcionamento das escolas no meio rural, ao afirmar que os currículos são flexíveis, inferimos que escolas rurais poderiam mudar o funcionamento em períodos de plantio e colheita ou alterar suas técnicas a fim de flexibilizar o currículo com as práticas cotidianas. No mesmo sentido podemos evocar o Artigo 35, que ao discorrer a respeito de disciplinas optativas, nos leva a aproximar tal colocação de nosso objeto de estudo: em escolas rurais disciplinas optativas poderiam relacionar temáticas cotidianas do aluno da zona rural, como por exemplo, técnicas agrícolas ou agropecuárias. Porém, Gritti (2003) descarta nossa hipótese ao afirmar:

⁴ A referida demora está ligada ao debate por qual deveria ser a filosofia engajada a Lei. Havia duas correntes em disputa: os estadistas, atrelados a partidos de esquerda, que defendiam a ideia que a educação preparava o indivíduo para o bem da sociedade; por outro lado, estavam os liberais, vinculados a partidos de direita e ao centro, tendo por tese que a pessoa possui direitos naturais não sendo necessário o Estado garanti-los, pois a educação era dever da família e, o Estado seria o responsável de traçar as diretrizes do sistema educacional e assegurar vagas a famílias de baixa renda em escolas particulares. Ocorreram disputas entre público e privado que adiaram a promulgação da Lei. Por fim, as ideias liberais se impuseram na maior parte do texto aprovado.

A abertura proporcionada pela lei para que a escola escolhesse até duas disciplinas optativas não significava e não significou a inclusão de disciplinas identificadas com a cultura e o trabalho rural, especialmente conhecimentos referentes à vida e às práticas do homem do campo. Deste modo, disciplinas com tais características não integraram os currículos das escolas normais. (GRITTI, 2003, p. 32)

Neste caso, evidenciamos em nossa análise, que somente o Artigo 32 trata da educação nos espaços rurais. Neste pela primeira vez a palavra “rurais” é mencionada, mas não se refere especificamente a escolas nestes locais, trata apenas da obrigatoriedade que estavam sujeitos os proprietários de terras em possibilitar as crianças residentes em seus domínios territoriais o acesso e a permanência à escola, sejam estas rurais ou urbanas.

Na sequência, a LDB de 1961, trata “Da formação do magistério para o ensino primário e médio” orientando a respeito da formação dos professores, especificamente de escolas rurais, atenta para que esta esteja integrada ao meio rural. “Art. 57. A formação de professores, orientadores e supervisores para as escolas rurais primárias poderá ser feita em estabelecimentos que lhes prescrevem a integração no meio.” (Brasil, 1961).

Por fim, a LDB 4.024/1961, assegura benefícios às escolas da zona rural, devido à orientação destas em auxiliar na adaptação dos estudantes ao cotidiano, as tarefas e a vida em sociedades rurais. Atentamos para:

Art. 105. Os poderes públicos instituirão e ampararão serviços e entidades, que mantenham na zona rural escolas ou centros de educação, capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações e atividades profissionais. (BRASIL, 1961)

Porém, este é um dos únicos pontos que se dirigem diretamente a nosso objeto de estudo. No geral, mesmo sendo o Brasil, país de origem agrária, a primeira LDB, pouco se refere e incentiva educação rural. Volta-se mais a aspectos gerais da educação, que deveriam ter sido fixados logo após a Independência do país e, em seguida aperfeiçoados.

Posteriormente, já sob as orientações do Regime Militar temos a promulgação de uma nova LDB que fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, sob o Nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, direcionada especificamente a qualificação para o trabalho. Composta por um currículo diferenciado dividido em dois eixos: a educação geral e de formação especial. Esta última com “o objetivo da sondagem de aptidões e a iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau.” (Brasil, 1971). Desta forma, as “habilitações profissionais” eram voltadas as necessidades do mercado de trabalho local ou

regional, a fim de atender a demanda deste, em período que os olhares se voltavam para a industrialização do país.

O modelo de substituição das importações, que impulsionou a industrialização, centralizou a maior parte dos recursos do governo em investimentos para viabilizar o novo modelo, em detrimento de uma política agrária para a população rural. Buscando o crescimento econômico, as políticas de educação foram deixadas de lado como não sendo prioritárias, acarretando na crise no sistema educacional. Neste período, o governo brasileiro não encontrando soluções nacionais, entregou a organização do sistema educacional à Usaid (United States Agency for International Development), por meio do acordo MEC-USAID. Combinações estas, pelas quais o Brasil recebia a assistência técnica e cooperação financeira para implantação de reforma no sistema educacional. Com a aceitação das partes, desenvolveu-se no Brasil uma reforma em todo o espectro educacional nacional visando adequar este ao modelo econômico vigente.

Voltando nosso olhar a Lei 5.692/71 ao que se refere à educação rural, esta inova em relação à Lei de 1961, quando trata da flexibilidade dos currículos, que agora dizem respeito especificamente à zona rural. Atentamos para: “Art. 112º Na zona rural, o estabelecimento poderá organizar os períodos letivos, com prescrição de férias nas épocas do plantio e colheita de safras, conforme plano aprovado pela competente autoridade de ensino.” (Brasil, 1971).

Ao discorrer a respeito de professores e especialistas para o ensino de 1º e 2º Graus fixa a necessidade da formação específica em níveis para cada atividade a ser desenvolvida no âmbito escolar, sejam estas de professor, diretor, inspetor ou demais funções realizadas no interior das escolas. Vejamos: “Art. 33. A formação de administradores, planejadores, orientadores, inspetores, supervisores e demais especialistas de educação será feita em curso superior de graduação, com duração plena ou curta, ou de pós-graduação.” (Brasil, 1971) Porém, ao se tratar de escolas rurais unidocentes, em que o professor desenvolvia todas as atividades citadas, este na grande maioria das vezes tinha apenas o título de regente leigo. Percebemos que a legislação volta-se apenas as escolas dos centros urbanos, ofuscando, ou, cegando-se perante o professor das zonas rurais, que mesmo sem uma formação específica é capaz de desempenhar todas as atividades no interior de uma escola. Ao que se refere a empresas e proprietários rurais com crianças em seus domínios territoriais, a legislação de 1971 não inova, reafirmando o fixado na lei anterior.

Por fim, em 20 de dezembro de 1996, é sancionada a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sob o Nº 9.394/96.⁵ Juntamente com sua tarefa central de reger o sistema educacional do país, a norma deixa visível a ideia de preparo do jovem para o exercício da cidadania e o fornecimento de meios para a possível progressão no mercado de trabalho.

Quando os militares se retiram do poder e, mediante eleição indireta o Congresso elege o presidente, o campo econômico se encontrava totalmente dependente do capital externo. O novo projeto para a economia nacional proposto foi o neoliberalismo, no qual a supremacia estava nas mãos do mercado. Mas segundo Gritti (2003) não foi de grande eficácia:

O neoliberalismo aumentou enormemente as diferenças sociais. É um modelo excludente e incompatível com a democracia porque expropria os cidadãos de seus direitos; é um projeto de sociedade que a minoria tem garantidos privilégios sociais, e a grande maioria da população, que é a mais pobre, fica excluída pelo descaso para com a área social, prioritariamente a saúde e a educação. (GRITTI, 2003, p. 44)

É neste contexto neoliberal que temos a Lei 9.394/96. Período este marcado pelos processos de nucleação escolar, em que muitas escolas encerraram suas atividades, sendo os alunos e funcionários direcionados para escolas-núcleos em centros maiores. Assunto do qual trataremos posteriormente.

Na análise da atual LDB, ao que se refere diretamente a escolas rurais, verificamos o debate em torno de conteúdos e metodologias, calendário escolar e experiências próximas da realidade dos alunos. Vejamos:

Art. 28º. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996)

Este artigo ao fazer referência à educação no meio rural utiliza-se várias vezes da palavra “adequação” e, faz uso também do termo “adaptação”. O uso recorrente de tais termos

⁵ Baseado no princípio universal da educação como direito de todos, a norma resultou da disputa de duas correntes distintas: uma decorrência do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, organizado em debates com a sociedade preocupados com o controle social do sistema de ensino; outra elaborada pelos senadores Darcy Ribeiro, Marco Maciel e Maurício Correa em articulação com o poder executivo através do MEC, defendia a estrutura do poder centrada no governo. O resultado foi uma mescla entre ambos, mas voltando-se mais a segunda vertente.

propõe que o ensino das escolas urbanas, passa por um processo de adaptação e adequação de maneira a ser implantado na zona rural. Não existe um sistema educacional voltado para as especificidades do aluno de origem rural, apenas desloca-se a escola da zona urbana para a zona rural com alterações superficiais, sem nenhuma mudança essencial. Na gênese os conteúdos continuam permeados pela visão de mercado, com vistas a formar cidadãos competitivos e consumidores, voltados para o agronegócio.

A Escola do Povoado Valentim Berto, localizada em área rural, funcionava com a mesma didática das escolas das cidades, não teve flexibilidade ao que se refere, por exemplo, a organização do calendário com a época de plantio e colheita, como estava assegurado pela LDB 5.692/1971. Demais aspectos das normas aqui exploradas referindo-se a educação rural, serão tratados no decorrer do estudo.

3. A BRIZOLETA: GRUPO ESCOLAR EM VALENTIM BERTO

Pode-se dizer que o currículo é um espaço onde se concretiza a transmissão de valores, de conhecimentos e habilidades julgados essenciais e indispensáveis à justificação, à aceitação e à reprodução e/ou produção da sociedade, ou de uma nova fase dessa mesma sociedade, pretendida pela classe hegemônica. Nessa lógica a escola vai priorizar as necessidades impostas pelo capital. Decorre daí o comprometimento da escola primária rural com a reprodução de um conhecimento urbano-industrial, em detrimento da compreensão das relações de trabalho e de propriedade de terra, inerentes ao trabalhador rural. [...] (GRITTI, 2003, p. 135)

3.1 CONHECENDO O TERRITÓRIO DE ONDE SE FALA

Esta seção busca apresentar sinteticamente a região em que se localiza a Escola Valentim Berto, objeto de nosso estudo. Buscamos contextualizar historicamente o espaço em que se instituiu a escola rural primária que despertou o interesse da presente pesquisa. Nosso primeiro momento centra-se na região norte do Estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente a porção de terra denominada Alto Uruguai, que segundo Nédio Piran (1995),

O Alto Uruguai, onde se instala a colônia Erechim, situa-se no Norte do Estado do Rio Grande do Sul, confrontando com Santa Catarina através do Rio Uruguai. A Oeste o limite natural é o rio Passo Fundo e a Leste estendendo-se, aproximadamente, até o Rio Inhandava (Rio dos Índios). No Sul o limite é mais impreciso, embora possa ser identificado como sendo a passagem, de relevo mais acidentado, para formações onduladas, ou ainda: o limiar entre a já destruída floresta subtropical com araucária e as áreas de campo. (PIRAN, 1995, p. 28-29)

Com área de 26.062 km², formada por relevo de planícies e solo basáltico, sendo este, de menor intensidade no sentido do rio Uruguai e mais acidentado no sentido oposto ao curso das águas. A região do Alto Uruguai, forma várias organizações administrativas, cada qual possui suas particularidades quanto ao pertencimento ou não de alguns municípios. A Associação de Municípios do Alto Uruguai - AMAU – por exemplo, abrange 32 municípios; outro caso é a 11^a Coordenadoria Regional de Saúde – 11^a CRS, responsável por sistematizar os trabalhos referentes à saúde da região, que conta com 32 municípios. Por outro lado, temos a determinação da 15^a Coordenadoria Regional de Educação – 15^a CRE, que por sua vez, compreende 41 municípios⁶. Neste estudo, tomaremos como parâmetro para a região, a área de atuação da 15^a CRE.

⁶ Municípios de atuação da 15^a CRS: Aratiba, Áurea, Barão de Cotegipe, Barra do Rio Azul, Barracão, Benjamin Constant do Sul, Cacique Doble, Campinas do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Charrua, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Erebango, Erechim, Erval Grande, Estação, Faxinalzinho, Florianópolis, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Itatiba do

O povoamento da região norte do estado gaúcho foi tardio ao que refere ao restante do território estadual, devido ser um terreno composto por um relevo bastante acidentado que não atraía investidores para a formação de grandes propriedades, assim como a elevada distância em relação ao centro do Estado. Podemos lembrar aqui, Gritti (2003), que descreve acerca da ocupação desta área:

A colonização da região Alto Uruguai foi planejada pelo Estado e teve nele o principal responsável pela ocupação da colônia Erechim, criada em 1908. O Estado não impediu, ao contrário inclusive estimulou, a participação de empresas privadas no processo de colonização, [...] (GRITTI, 2003, p. 56)

Temos assim, uma ocupação que além de tardia, foi basicamente realizada por pequenos agricultores e criadores de gado, que buscavam terra para viver. Quanto ao povo da região, temos várias etnias: índios, alemães, italianos, poloneses, mestiços, negros judeus que juntos, formam a população do Alto Uruguai.

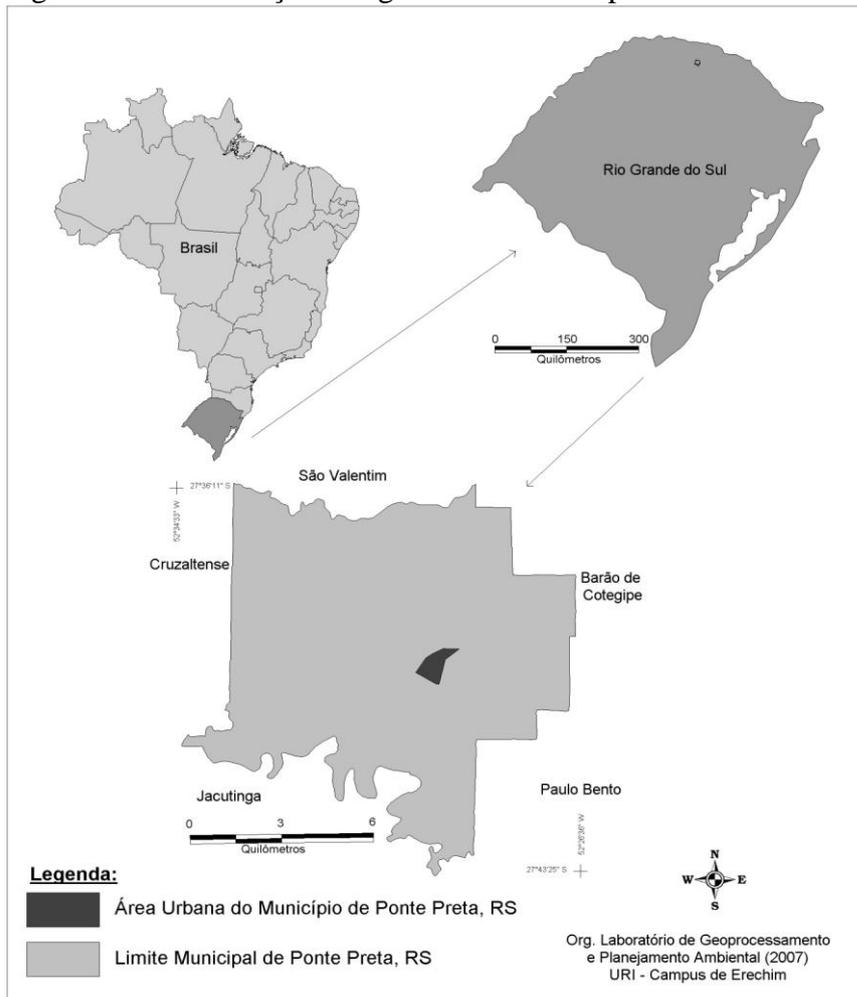
A Escola Valentim Berto, no início de suas atividades em 1962, era pertencente ao município de Erechim. Em 1965, com a emancipação da cidade de Barão de Cotegipe passou a fazer parte desta, por fim, em 1992, pouco antes do encerramento de suas atividades, ocorreu a emancipação de outro município: Ponte Preta, do qual passou a pertencer. O estabelecimento oscilou seu pertencimento a vários municípios por localizar-se em localidade rural fronteira entre os municípios de Barão de Cotegipe e Ponte Preta. A Figura 01, da página seguinte, exhibe detalhadamente a localização da cidade de Ponte Preta. Em seguida, o Mapa 01, mostra o trajeto da Escola Valentim Berto até a cidade de Ponte Preta.⁷

Segundo dados do Histórico do Município de Ponte Preta, este tem o início de sua história por volta do ano 1910 tendo como nome Lajeado Grande. Seus primeiros moradores vindos de Guaporé, Bento Gonçalves, Encantado, Boa Vista e outras localidades, ao chegarem por estas paragens, encontraram grande quantidade de mata fechada da espécie araucária, bem como árvores nativas da região. As primeiras famílias que se instalaram foram de José Tortelli, Angelino Guarnieri, Primo Tomazelli, Valentim Griselli, Antônio Paris, que afirmavam ter sido as terras férteis, o clima e o rio Jupirangava os motivos que os atraíram a localidade.

Sul, Jacutinga, Machadinho, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Maximiliano de Almeida, Paim Filho, Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, Sananduva, Santo Expedito do Sul, São João da Urtiga, São José do Ouro, São Valentim, Severiano de Almeida, Três Arroios, Tupanci do Sul, Viadutos.

⁷ A distância da Escola até a cidade de Barão de Cotegipe compreende 11 km.

Figura 01 – Localização Geográfica do Município de Ponte Preta/RS.



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento e Planejamento Ambiental (2007) – URI – Campus Erechim.

A comunidade de Lajeado Grande vivia nas proximidades do Rio Jupirangava, isolada das pequenas localidades que se formavam do outro lado deste. Assim, depois de certo período resolveram construir uma ponte sobre o rio para facilitar o tráfego:

Essa ponte foi construída com apoio de todas as pessoas que aqui viviam. Iniciou-se a obra, em pouco tempo, essa ponte foi concluída, sendo feita com uma suspensão aérea, totalmente de madeira, para ser melhor conservada, pintaram-na com um líquido preto, conhecido naquela época como ALCATRÃO hoje, como piche, dando origem ao nome PONTE PRETA. (HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE PONTE PRETA, 1993).

A ponte construída deu origem ao nome da cidade, devido sua estrutura e coloração, mas no período em que foi edificada, não tinha essa intenção, sendo denominada pelos moradores de Ponte 03 de Outubro.

Mapa 01 – Mapa do trajeto da cidade de Ponte Preta/RS ao Povoado Valentim Berto (Ponte Preta/RS).



Fonte: GoogleMaps/28/09/2014. Adaptado pela autora.

O Histórico do município ainda complementa que:

Ao passar dos anos, essa ponte foi demolida para a sua reconstrução. Sendo feita com um pilar que suspendia as pranchas, esse pilar foi feito de pedras e as pranchas novamente de madeira, pintada com o mesmo líquido preto da primeira ponte. Mais tarde, já no ano de 1988, essa ponte foi novamente recustruída sendo que agora, totalmente em alvenaria, mas restado o pilar principal que sustentou por vários anos a ponte anterior. (HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE PONTE PRETA, 1993).

Aos poucos, a localidade de Lajeado Grande foi contando com mais moradores e, como em demais comunidades, foi construída uma Capela, um Salão de Festas, um Clube Esportivo e, um Campo de Futebol. Com o desenvolvimento local, em 24 de junho de 1960 o Prefeito Municipal de Jacutinga, cidade da qual Lajeado Grande pertencia, Srº Arlindo Guerino Chiaradia, pela Lei Municipal Nº 45/60, designa como Distrito Ponte Preta a localidade de Lajeado Grande, ainda fazendo parte do município de Jacutinga.

Tratando da educação neste local, onde hoje conhecemos por Ponte Preta, a primeira escola localizava-se próxima a Capela, tendo como professores Afonso da Silva e Eleonor Antoniasi Tomazelli, pagos pelos pais dos alunos. Em 05 de novembro de 1950 foi inaugurada a Escola Municipal São José, que posteriormente,

Em vinte e sete de junho de mil novecentos e sessenta e um (27-06-1961) a mesma foi designada de acordo com a Resolução Nº 111/74 CEE (Conselho Estadual de Educação) através do Decreto Nº 12.435 com o nome de Grupo Escolar de Primeira

Estância e Quarta Categoria São José. Dando continuidade ao estudo dos filhos dos antigos moradores.

Passando-se os anos, construíram a atual escola, por volta de seis de setembro de mil novecentos e oitenta e um (06-09-1981) [...]. (HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE PONTE PRETA, 1993).

A Escola São José, localizado hoje na Avenida Antônio Paris, 461, Centro, Ponte Preta – RS é a Escola Estadual do Município que oferece ensino de qualidade a aproximadamente 140 alunos do 1º ano do ensino fundamental até o 3º ano do Ensino Médio, além disso, conta com turmas de Educação de Jovens de Adultos – EJA, formada por pessoas que já passaram da idade escolar regular e, voltam à escola para completar o estudo. Com cerca de 16 professores acrescido do pessoal de outros setores, a Escola sede do município, abriga toda a documentação das Escolas Estaduais Rurais que foram fechadas⁸, devido os alunos, quando do encerramento das atividades destas, serem a ela direcionados. Existiram também no Município, mais 10 escolas rurais, estas sobre supervisão do município, que auxiliaram na educação dos jovens e posteriormente no desenvolvimento local.

A emancipação do Distrito de Ponte Preta é datada de 20 de março de 1992. Porém, a ideia de tornar a localidade um município há muito tempo circulava entre os moradores. No ano de 1990 em reunião com todos os cidadãos ponte-pretenses, foi criada a Comissão Emancipacionista com o propósito de auxiliar nos trabalhos. Após várias viagens a Porte Alegre para entrega de documentos foi autorizado o plebiscito de “SIM ou NÃO Ponte Preta”, sendo totalizados 1.627 votos: 1.025 votos foram SIM, 583 votos para NÃO, 06 votos brancos e 13 votos nulos. Assim, foi sancionada a Lei Estadual Nº. 9.537/92 pelo governador Alceu Colares, que determina Ponte Preta como município.

3.2 A EDUCAÇÃO RURAL NA DÉCADA DE 50

Conhecido o território onde incide nossa pesquisa, passamos agora à análise do processo educacional. A educação pública no Brasil até meados do século XX foi negligenciada pela União que, além de não oferecer escolas em número suficiente para atender a toda à demanda, demonstrava pouco interesse em cumprir a legislação que determinava a obrigatoriedade escolar. Claudemir de Quadros (1999) estudioso do assunto aponta uma série de deficiências que deixavam desarticulado o sistema educacional,

⁸ Escolas Estaduais Fechadas: Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Santo Antônio – Linha Sete; Escola Estadual de 1º Grau Incompleto São Marcos – Linha Quatro e Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Valentim Berto – Povoado Valentim Berto.

No geral, todos os diagnósticos referentes à educação no Brasil entre 1930 e 1960 apontam num mesmo sentido: a educação era marcada pela negligência estatal, pela desarticulação entre os graus de ensino, pelas dificuldades administrativas, pela burocracia, pela interferência política, pela falta de continuidade administrativa, pela centralização excessiva dos serviços escolares, pela legislação fragmentada, pelo mau uso de verbas educacionais, pela precariedade dos recursos diante a expansão demográfica, pelos altos índices de evasão e de reprovação, pela pobreza de oportunidades culturais, pelas deficiências pedagógicas, pela má ou falta de formação do corpo docente, pela falta de prédios adequados e pelos conflitos entre defensores do ensino público versus os do ensino privado. Esses elementos são o pano de fundo de uma situação educacional, no mínimo, deficiente. (QUADROS, 1999, p. 55-56)

Com a criação, em 1930, do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, surgiram ideias de organização e articulação entre os níveis de ensino, porém, estas ficaram somente na teoria devido à falta de consenso dos setores administrativos da sociedade. Neste panorama da falta de ações educacionais, o índice de analfabetismo entre a população brasileira era assustador.

Se em período anterior, a educação tinha apenas caráter elitista e aristocrático, a partir da década de 1950, com o novo projeto econômico de nação, baseado na sociedade urbana e industrial, o debate em torno da educação é ativado. É neste momento que emergem políticas públicas organizadas para a educação por parte do Estado, devido à crença na ideia de que educação e desenvolvimento caminhavam juntos. Podemos inferir que de direito humano, a educação passa a ser tema de interesse do projeto econômico de sociedade, ou seja, a educação deixa o campo da teoria – leis que a asseguram como direito – e se torna ação em vista do projeto de desenvolvimento social. Segundo palavras de Claudemir de Quadros (2001, p. 08), “[...] caberia à educação o caráter de instrumento realizador de um projeto de desenvolvimento econômico [...]”.

No Estado do Rio Grande do Sul, o contexto era semelhante ao nacional. O sistema de ensino demonstrava inúmeras falhas, além do alto índice de analfabetismo que se encontrava o povo gaúcho. O poder estadual, assim como o nacional, não demonstrava interesse de investir em educação, ocasionando dados assustadores:

Em 1950, a população urbana do Rio Grande do Sul representava 35,38% do total da população rural, de 2.254.429 habitantes, representava 64,61%. No período de dez anos, entre 1950 e 1960, a população total do estado aumentou 31,15%. [...] Em 1950, o índice médio de analfabetismo era de 41,21%: no meio urbano, atingia 25,38% e, no rural, era duas vezes maior, ou seja, de 50,15%. [...] (QUADROS, 1999, p. 72)

Ao se referir à educação nos espaços rurais, Quadros ressalta:

[...] no meio rural, com frequência, as condições e as possibilidades de acesso à escola eram, no geral, mais difíceis que no meio urbano. Os poucos prédios escolares, as grandes distâncias e a participação das crianças nas atividades agrícolas eram empecilhos concretos à frequência normal à escola. (QUADROS, 1999, p. 73)

O cenário educacional gaúcho era de precariedade. Além da falta de interesse do governo em ações públicas, ainda temos, quando da matrícula nas escolas, alto teor de seletividade. Grandes números de alunos se afastavam da escola devido à reprovação em algum ano de estudo, ou mesmo por não se interessar por este.

Outro fator importante de análise se refere à insuficiência de escolas e de professores qualificados. Também, alunos com dificuldade de acesso a escola e pouca motivação para os estudos, acabavam por desanimar frente ao panorama e, por consequência, aderiam à evasão. É válido pontuar que grande número de pais, inconscientes do papel da educação na vida dos filhos, apoiavam estes na decisão do não interesse pela frequência escolar. Muitos pais preferiam que os filhos permanecessem em suas propriedades, auxiliando nas atividades agrícolas, importantes para a economia familiar, ao invés de se dedicarem aos estudos.

A falta de atenção por parte do Estado a este direito humano, não se faz justificável. Entende-se que estes órgãos que tem o papel de organizar a sociedade deveriam promover da melhor maneira possível às condições para a realização das ações educativas. A que se dedicavam? Não eram eles sabedores do papel que a educação desenvolve na sociedade?

No Rio Grande do Sul, em 1958 temos eleições para o governo do Estado. A coligação PTB-PSP-PRP (Partido Trabalhista Brasileiro – Partido Social Progressista – Partido de Representação Popular) do candidato Brizola, defendia o projeto de levar a educação a todas as crianças do Estado gaúcho. O plano de erradicação do analfabetismo e da construção de escolas em todos os pontos do Estado era tido com a “cruzada redentora” do grupo. A oposição era formada por Walter Peracchi Barcellos que em coligação com PSD-PL-UDN-PSB (Partido Social Democrático - Partido Libertador - União Democrática Nacional - Partido Socialista Brasileiro) formavam a Frente Democrática.

O resultado nas urnas demonstrou a vitória de Leonel de Moura Brizola, do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB – que em termos educacionais propunha o projeto: “Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul”. Tal proposta no campo educacional, aliada as demais para os diversos setores da sociedade, por parte da coligação de apoio a Brizola, são atribuídos os 667.863 votos, (52,53%) conquistados nas urnas em 03 de outubro de 1958. E foi no sistema educacional que se concentraram com maior energia as forças do governo recém-eleito. Educação não como privilégio de uma só classe, mas direcionada igualmente a

todas, mesmo que alguns ainda não soubessem da necessidade desta ao pleno exercício da cidadania. Para Brizola:

Foi meu plano de educação, de erradicação do analfabetismo e de criação de escolas em todo o estado, uma das principais razões de minha vitória eleitoral. Mobilizei o professorado, os pais e a mulher rio-grandense e, de um modo geral, as classes humildes, para participarem dessa cruzada redentora (*O Nacional*, 03/02/1959, p. 2 *Apud* QUADROS, 2001, p. 02).

Aliado ao projeto educacional, o discurso e as ações do governo Brizola estavam direcionadas a uma perspectiva desenvolvimentista de sociedade. Educação e desenvolvimento estariam ligados, pois para se atingir um novo estágio deste, era necessário, criar uma mentalidade favorável a ele, que só seria cunhada por meio da educação:

O conjunto de ações emanadas e centralizadas no governo estadual pressupunha que a educação se constituía em fator decisivo para a superação do subdesenvolvimento e para a modernização da sociedade. O desenvolvimento econômico só seria alcançado pela mediação da escola, cabendo ao Estado realizar as obras necessárias para a expansão do acesso à educação. Era preciso, portanto, levar a escola aos mais longínquos rincões do estado. (QUADROS, 1999, p. 77)

O projeto do governo estadual estava, pois, voltado para atender as demandas imediatas do crescente sistema nacional de desenvolvimento econômico e social. A equipe de trabalho que integrava o governo de Brizola buscou na educação ações que pudessem desenvolver o Estado e este, acompanhar o processo que ocorria em âmbito de nação. Para o governo de Brizola, o Estado seria o responsável pelo preparo do povo para sua inclusão à sociedade industrial.

A política desenvolvimentista do governo além de estar aliada ao projeto de desenvolvimento do país contra o subdesenvolvimento se encontrava relacionada aos ideais políticos do partido de Brizola. O PTB acreditava que sua função era ser o porta-voz e defensor das necessidades das classes trabalhadoras. Aliada a este posto, a ideologia do partido⁹ era criar, por meio da educação, a mentalidade voltada para o desenvolvimento social e por consequência a implantação de uma nova ordem social.

Para atingir os seus fins, o governador não poupou ações e nem recursos no âmbito educacional: aumentou impostos, elevou o orçamento da Secretaria da Educação e Cultura, construiu escolas, contratou professores, ofereceu bolsas de estudos e apoiou, como poucos, as escolas privadas. Todas as ações governamentais tinham

⁹ Alberto Pasqualini foi o principal teórico e doutrinador do PTB, além disso, o principal teórico do trabalhismo, não só gaúcho, como brasileiro de 1945 a 1954. Defendia a ideia que não poderia existir um verdadeiro regime democrático sem a preparação das bases educacionais, econômicas e sociais. Sua principal tarefa era criar uma mentalidade social para, a partir dela, realizar o programa de governo desenvolvimentista. Pasqualini defendia a ampla intervenção do Estado na economia.

um fim muito preciso: educar o povo para inseri-lo num contexto de urbanização e industrialização para, enfim, viver numa sociedade desenvolvida, moderna e mais justa. [...] (QUADROS, 1999, p. 92)

Segundo dados de um levantamento da situação do ensino primário no Rio Grande do Sul em 1959, encomendado pelo governo, apurava-se um déficit escolar de 273.095 crianças. (Quadros, 1999. p. 95) Partindo deste estudo, o governo elaborou o Plano de Emergência de Expansão do Ensino Primário buscando alfabetizar crianças de 07 a 14 anos e, desta forma, erradicar o analfabetismo no Estado.

Além disso:

[...] o governo usou cinco expedientes principais: Serviço de Expansão Descentralizada do Ensino Primário (Sedep), Comissão Estadual de Prédios-Ecolares (Cepe), contratação de professores, compra de vagas de escolas particulares em troca da cedência de professores estaduais e concessão de bolsas de estudo. [...] (QUADROS, 2001, p. 03)

A educação para governo de Brizola era a responsável pelo desenvolvimento econômico, por tal ela deveria ser direcionada a todos os indivíduos. A crença era que por meio dela, a sociedade seria mais justa, isenta de contradições e conflitos, sendo que todos, através da educação, elevariam seu nível intelectual e poderiam ser inseridos no campo do trabalho, o propulsor do desenvolvimento.

As “escolinhas do Brizola” ou “Brizoletas” como foram chamadas na época as escolas construídas no Rio Grande do Sul por meio do Sedep e da Cepe, tinham características comuns: eram construções de madeira com uma ou duas salas de aula. Quadros (1999) acrescenta:

A opção pela construção de prédios de madeira no interior do estado decorreu de, pelo menos, quatro fatores: primeiro, a relativa abundância de madeira no Estado; segundo, o seu menor custo em relação as construções em alvenaria, que foram realizadas apenas nas cidades de maior porte; terceiro, a disponibilidade de mão-de-obra especializada em carpintaria ou marcenaria e, quarto, a dificuldade de transporte para o interior dos materiais necessários para a construção de prédios de alvenaria. (QUADROS, 1999, p. 107)

É válido pontuar que todos os prédios escolares construídos neste período, tinham suas frentes voltadas para as margens das estradas, ou ruas. A esta característica, Quadros (1999) afirma que tanto podia ser para “facilitar o acesso” quanto para indicar que a escola estava aberta para acolher o “mundo de lá – da cidade”. (p. 108)

Integraram o processo das “Brizoletas”, oito projetos de escolas¹⁰, cada qual com um fim específico. Como nosso alvo de pesquisa se refere às escolas rurais, citamos aqui o Plano B, de administração direta da Cepe. Este correspondia a construções escolares em zonas rurais ou localidades de baixa população, com duas ou mais salas de aulas, totalmente construídas em madeira.

Foi neste período que os estabelecimentos escolares da zona rural atingiram seu auge. O momento de industrialização pelo qual passava o país fez surgir à necessidade de levar ao campo escolas, que por meio do processo de ensino aprendizagem pudessem auxiliar na modernização do campo pela introdução de máquinas, insumos, inseticidas e técnicas agrícolas novas. Assim viu-se na escola a oportunidade de se chegar mais próximo aos agricultores e propor o desenvolvimento e a formação de mão-de-obra para a indústria nascente.

Chamamos atenção neste momento para a metodologia de trabalho nas escolas rurais em nada se relacionar com as características cotidianas dos moradores destas áreas. A escola não buscava desenvolver nas crianças o desejo pela vida na zona rural, o trato com os animais, o plantio e a colheita de gêneros da agricultura; estava sim interessada em despertar nos alunos o interesse de conhecer o processo de industrialização do país e dele fazer parte. Nossa ideia é compartilhada com Quadros (2001) que escreve:

As escolas, projeções do urbano sobre o rural – missionárias da civilização urbana -, vinham imbuídas de um sentido modernizador e traziam uma missão civilizadora e integradora. As edificações escolares plantadas nas picadas e nos vales deveriam servir, em sua simplicidade, como referência para as pessoas e para toda a comunidade. (QUADROS, 2001, p. 05)

Assim, temos que as Escolas Rurais visavam inserir as populações abrangentes em sua área de ensino, na cultura industrial e urbana. Além disso, tratavam-se estas escolas de projetos governamentais que viam às populações rurais como objetos e não como sujeitos dos processos educacionais, pois não foram estes consultados acerca de suas necessidades educacionais, muito menos, lhes foi exposto sobre o programa educacional imposto.

A partir deste estudo acerca da educação no Rio Grande do Sul pós 1950, passar-se-á a análise de nosso objeto de estudo: a Escola Valentim Berto. Tal estabelecimento escolar foi criado no período das ações do programa educacional do governo de Brizola.

3.3 GRUPO ESCOLAR RURAL EM VALENTIM BERTO

¹⁰ Projeto Piloto, Plano A, Plano B, Plano F, Plano FM, Retomadas, Ampliações e Projeto ou Plano Especial.

Analisando a cultura da escola, nos dedicamos à apreciação de temáticas que correspondem ao universo escolar, ou seja, um estudo da identidade da escola: alunos, professores, normas, disciplinas, enfim, particularidades cotidianas. Trabalhamos a partir das respostas providas das indagações que faremos aos documentos, pois segundo Bloch “[...] os textos ou documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes não falam senão quando sabemos interrogá-los.” (Bloch, 2001, p. 79).

Analisando os documentos da Escola Valentim Berto, alvo de nosso estudo, nos deparamos com uma biografia do Sr.º Valentim Berto, redigida pelo Sr.º Ardolino Antonio Palavicini, professor da escola, a pedido da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, a fim de informar a respeito da denominação das escolas de todo o Estado. O referido documento afirma logo no início que:

Esta denominação “Valentim Berto” foi mantida devido à tradição da comunidade em manter o nome do fundador da mesma ao local onde Valentim Berto residiu durante longos anos, dedicou-se de corpo e alma à mesma localidade, pois conseguiu impor seu nome à mesma. (BIOGRAFIA DE VALENTIM BERTO, s/d).

A partir da pesquisa realizada ao que se refere à escolha do nome Valentim Berto, constatamos que esta foi uma homenagem ao Sr.º Valentim Berto, primeiro morador do povoado, que auxiliou desde os primórdios da constituição da comunidade que também leva seu nome. Tal atributo se deve ao empenho árduo deste morador na ideia de construir uma escola naquela localidade.

Nascido em Santa Tereza, município de Bento Gonçalves em 18 de abril de 1889, o senhor Valentim Berto fez várias mudanças pela região serrana do Estado, passando por Guaporé, Casca. O tempo passou e Sr.º Valentim impulsionado pelas notícias de Paiol Grande – atual Erechim, transferiu-se com a família para o interior desta localidade, denominado de Lajeado Grande – atual Ponte Preta, onde se dedicou a agricultura e ao comércio.

Aos poucos foi se formando uma comunidade nas proximidades da residência do Sr.º Valentim Berto, este, por ser o primeiro morador e, se destacar entre os demais se tornou o líder da comunidade. Ocupou, por exemplo, o cargo de conselheiro da Câmara de Vereadores do Município de Erechim – hoje correspondente a vereador – representando a comunidade de Floresta – hoje município de Barão de Cotegipe – que pertencia a Erechim. Com o crescimento da localidade, foi construída a primeira capela e a primeira escola, sendo que na biografia pesquisada consta:

Foi ele quem presidiu a construção da primeira escola que a comunidade resolveu construir e num gesto comunitário aceitou construir a mesma escola numa distância aproximada de dois quilômetros de sua residência, apesar de ter sido ele que forneceu todo o material necessário à construção da mesma, ficando para receber conforme a comunidade pudesse pagá-lo. (BIOGRAFIA DE VALENTIM BERTO, s/d)

Porém, na entrevista realizada em 06 de setembro de 2014, com o professor Mafaldo Berto, quando questionado a respeito da construção da escola e do fragmento acima destacado, este afirmou:

É a Escola foi, é uma Escola Estadual, foi total a participação do Estado. [...] É o Estado que constrói a Escola. [...] Não, não. Foi o Estado, a doação só houve por parte do terreno. O terreno sim foi doado. Metade, ele era bem no canto da terra entre o Nilo, meu irmão, Nilo Berto e Vitório Argenta, então bem certo, 50% da terra foi doada pelo Vitório Argenta e 50% pelo Nilo Berto, mas o resto foi tudo o Estado. O primeiro colégio era de madeira, não sei se tu se lembrás (meu pai estavam junto, e disseram: “sim, eu me lembro”)¹¹ depois, em 90, 91 foi feita de alvenaria.¹²

A respeito destas informações discordantes, em conversa posterior a entrevista, pedimos ao Professor Mafaldo novamente a respeito da construção da escola, expondo nossa dúvida. O entrevistado então contou-nos que houve, há muito tempo atrás, ainda em sua infância uma Escola construída na comunidade por seu pai, o Sr.º Valentim, na qual o professor era pago pelos pais dos alunos. Mas como era muito jovem¹³, não podia nos prestar mais informações a respeito devido saber da existência desta por conversas com seus irmãos mais velhos. Ainda, afirmou que a Escola Valentim Berto, objeto de nossa pesquisa, foi construída pelo Estado, sendo apenas o terreno doado por moradores da comunidade.

Em 1962 iniciaram as atividades do Grupo Escolar em Valentim Berto, pelo Decreto Nº 13.482 de 25 de abril de 1962, tendo a publicação no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul em 28 de abril 1962 com a seguinte redação: “São criados os seguintes estabelecimentos de ensino: [...] Município de Erechim – Grupo Escolar em Valentim Berto, distrito de Paulo Bento, 1.a entrância e 4. a categoria.” A instituição fez parte da política de expansão da educação primária do governo estadual cuja determinação era proporcionar às crianças de localidades que encontravam-se sem escolas, acesso ao ensino.

Questionamos o professor Mafaldo a respeito da proposta de instalação da escola na comunidade a fim de obtermos a confirmação de uma das hipóteses de nossa pesquisa, de

¹¹ Informação confirmada por meus pais, Sr.º Sergio Berto e Sr.ª. Fatimina Zorzi Berto, que acompanharam a realização da entrevista.

¹² Entrevista realizada com Mafaldo Berto. Em sua residência na cidade de Ponte Preta/RS. Data: 06/09/2014.

¹³ Atualmente, Professor Mafaldo possui 72 anos de idade.

estar à instituição envolvida no programa “Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul” proposto durante o mandato do governador Brizola:

Exatamente, das Brizoletas. [...] Sim, foi o projeto das Brizoletas. Inclusive quem mais estava ligado naquela época de trazer esta escola aqui, através de partidos e tal, do Brizola, foi o Vitório Argenta, através de políticas e companhia. Ele era muito interessado, pois tinha 3, 4 filhos que iam estudar daí estariam aqui perto. Mas isso foi tudo em função de Brizola.¹⁴

A partir desta informação, ratificamos a hipótese de se tratar a Escola Valentim Berto de uma das ações desenvolvidas no projeto “Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul”. A Fotografia 01 mostra o prédio da escola.¹⁵

Fotografia 01 – Foto do Primeiro Prédio da Escola Valentim Berto – Brizoleta.



Fonte: Arquivo pessoal do Professor Mafaldo Berto.

¹⁴ Entrevista realizada com Mafaldo Berto. Em sua residência na cidade de Ponte Preta/RS. Data: 06/09/2014.

¹⁵ Única fotografia encontrada do primeiro prédio da Escola Valentim Berto – Brizoleta. As crianças em destaque são filhas do Professor Mafaldo.

O Grupo Escolar do Povoado Valentim Berto, quando do início de suas atividades pertencia ao município de Erechim, Distrito de Paulo Bento. Seu primeiro ano de funcionamento foi 1962, no dia 06 de agosto com um total de 20 alunos, turmas de 1º a 4ª série que frequentavam a escola pela parte da manhã. Construção de um piso, totalmente em madeira, coberta por telhas de barro, representava 172m² de área construída, em um terreno de 2.400m².

Os estabelecimentos de Ensino Primário recebiam designações diferentes que levavam em consideração número de professores, turmas atendidas, espaço físico disponível. A nomenclatura deste é normatizada pelo Decreto-Lei nº 8.529/46 que trata da Lei Orgânica do Ensino Primário.

Art. 32. Para efeitos estatísticos, e estudos de planejamento, será juntado, às designações mencionadas nos artigos anteriores, o qualificativo urbano, distrital ou rural, segundo a localização do estabelecimento, e designação numérica, destinada à, sua, pronta identificação em cada Município.

Parágrafo único. Aos estabelecimentos de ensino primário poderão ser atribuídos nomes de pessoas já, falecidas, que hajam prestado relevantes serviços à humanidade, ao país, Estado ou ao Município, e cuja vida pública e particular possa ser apontada às novas gerações como padrão digno de ser imitado. (BRASIL, 1946)

Nosso objeto de pesquisa, a Escola Valentim Berto, é criada em 1962 sob a designação de Grupo Escolar em Valentim Berto, em atenção ao artigo acima citado. Assim como, recebe na nomenclatura em homenagem a pessoa importante da comunidade.

Uma das características presente na maioria das escolas rurais foi organização de turmas em classes multisseriadas e unidocentes. Devido às grandes distâncias entre as propriedades e do baixo número de crianças em cada série, assim como a escassez de professores, era comum encontrar crianças em fase de alfabetização dividindo a mesma sala com outras que já sabiam ler e escrever e, todos sob a orientação de um só professor. Na entrevista com Professor Mafaldo, este afirmou: “Multisseriadas, cinco turmas, tinha de 7 até 15 anos, tinha gente na 4ª, 5ª série que eram já homens, moças. E se dava conta do recado. [...]”¹⁶

Conforme mencionado anteriormente, o senhor Mafaldo Berto foi o primeiro regente da escola. Trabalhou por muito tempo sozinho, até receber o auxílio de colegas. Segundo Caroline Leite Rodrigues (2009), em escolas unidocentes e multisseriadas o professor realizava diversas tarefas na escola:

¹⁶ Entrevista realizada com Mafaldo Berto. Em sua residência na cidade de Ponte Preta/RS. Data: 06/09/2014.

Outra característica que era comum nas escolas multisseriadas, que virou uma espécie de “estereótipo” dessa modalidade de ensino, era que o professor assumia as demais funções da escola, ficando responsável pela merenda, pela limpeza, pelas ações da secretaria como matrícula, boletins, transferências e tudo mais que se fizesse necessário e isso sem receber nenhum centavo a mais pelo serviço extra. (RODRIGUES, 2009. p. 78)

Durante a entrevista evidenciamos que tais atividades eram também desenvolvidas pelo professor Mafaldo. A limpeza, por exemplo, era auxiliada pelos alunos, segundo o entrevistado, “[...] se fazia limpeza com os alunos nos sábados, se dava aula até o meio-dia, então se trabalhava até as 10h00min horas, das 10h00min ao meio-dia era limpeza, não tinha merenda naquela época, só limpeza.”¹⁷ Os pais também participavam dos trabalhos de limpeza da escola: “[...] Ou se fosse limpeza do pátio, durante as férias às vezes ficava aí dois meses, três sem atividades, o pátio ficava muito sujo, daí os pais vinham ajudar.”¹⁸

A organização curricular da Escola Valentim Berto ao que se refere ao Regime Escolar, adotava o Regime Seriado Anual, com calendário escolar que fixava dentre várias datas, período de início e término das aulas, dias letivos por mês e ano, dias de comemorações estabelecidas por Lei, datas de reuniões Administrativas e Pedagógicas, assim como as datas de entrega dos resultados do rendimento escolar do aluno, recuperação e férias.

A partir de 1965, a Escola Valentim Berto passa a fazer parte do município de Barão de Cotegipe, devido à emancipação política administrativa deste em 23 de janeiro, do referido ano. Sua criação ocorre com a Lei Estadual Nº 4.737 de 1º de Junho de 1.964.

Em 13 de agosto de 1969 o Governo do Estado do Rio Grande do Sul por meio do Decreto Nº 19.818, Reclassifica Escolas em Grupos Escolares e Escolas Rurais da Rede Escolar Primária. Pela referida norma, o Grupo Escolar em Valentim Berto passa a ser chamado de Escola Rural Valentim Berto. No ano de 1979, pela Portaria Nº 23.542 de 29 de outubro, da Secretaria Estadual de Educação e Cultura, ocorre nova modificação quanto a nomenclatura da Escola, esta passa agora a se chamar Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Valentim Berto, sob a jurisdição da 15ª Delegacia de Educação, sediada em Erechim.

Percebemos que em um curto período, a escola leva em sua nomenclatura a palavra “Rural”. Somente por 10 anos, a instituição é considerada pelo governo do Estado como rural, de 1969 a 1979. Quais seriam as ideias do governo com estas determinações?

Segundo o Regimento Estadual das Escolas de 1º Grau Incompleto, as Bases Curriculares da Instituição eram organizadas em consonância com a legislação vigente, a

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ Ibidem.

política educacional Estadual e a filosofia e objetivos da escola. Ao que se refere à avaliação dos estudantes temos:

Art. 42 – A avaliação caracteriza-se como um processo contínuo, cumulativo e cooperativo.

Art. 43 – A avaliação exerce as funções diagnóstica e qualificadora.

Art. 44 – A avaliação abrange dois focos distintos e intimamente relacionados:

a) A Escola, como um todo;

b) O aluno, no seu rendimento escolar. (REGIMENTO ESCOLA ESTADUAL DE 1º GRAU INCOMPLETO, p. 15. 1983).

Ao pesquisarmos sobre o currículo, constatamos que a Escola Valentim Berto, trabalhava com o Currículo por Atividades, no qual todas as disciplinas eram lecionadas pelo mesmo profissional com atividades que articulavam todos os conteúdos. Esta prática é comum junto às séries iniciais do ensino fundamental, nas quais o professor, sob a orientação da coordenação da Escola, organiza um programa de ensino voltado aos conteúdos e temas geradores.

O currículo escolar, ou seja, os assuntos trabalhados em cada série normalmente são organizados de maneira atender as demandas da sociedade, preparar e orientar o aluno para o modelo social que este encontra além da escola. Formado por relações de saber, poder e identidades, tratando-se de um processo de disputa, na qual a vertente vencedora impõe a formação que deseja aos alunos. Portanto, o currículo não é neutro, existe neste uma dosagem política que se expressa no poder de forjar os indivíduos de acordo com o projeto social. Citamos aqui, a fala de Gritti (2003) que abre nosso capítulo a respeito do trabalho sobre currículo e escola rural:

Pode-se dizer que o currículo é um espaço onde se concretiza a transmissão de valores, de conhecimentos e habilidades julgados essenciais e indispensáveis à justificação, à aceitação e à reprodução e/ou produção da sociedade, ou de uma nova fase dessa mesma sociedade, pretendida pela classe hegemônica. Nessa lógica a escola vai priorizar as necessidades impostas pelo capital. Decorre daí o comprometimento da escola primária rural com a reprodução de um conhecimento urbano-industrial, em detrimento da compreensão das relações de trabalho e de propriedade de terra, inerentes ao trabalhador rural. [...] (GRITTI, 2003, p. 135)

Na fala da autora, além da definição de currículo, fica clara a crítica a este nas escolas rurais primárias, o qual ela afirma serem predominantemente urbanos. Se na organização curricular predominam ações voltadas ao meio urbano, significa que as atividades agrícolas não são determinantes para o sistema emergente na sociedade, ocorre, portanto um menosprezo em relação ao trabalho na zona rural, voltando o currículo para as atividades urbanas.

Na pesquisa documental referente ao currículo da Escola Valentim Berto, encontramos a Base Curricular vigente até o ano de 1989, que atendia os requisitos do Art. 7º da Lei Nº 5.692/71, composta por quatro eixos de desenvolvimento das matérias: Comunicação e Expressão, Estudos Sociais, Ciências e Ensino Religioso; quanto às atividades realizadas temos os Programas de Saúde. Atividades estas desenvolvidas em 720 horas anuais de aula.

A Base Curricular trabalhada na escola após 1989 em vigência até o encerramento das atividades em 1993 também atendia ao disposto da Lei anteriormente citada, sendo o currículo composto por: Português, Matemática, Ciências, Estudos Sociais; e outras atividades eram desenvolvidas no campo de: Educação Física, Educação Artística, Educação Moral e Cívica e Programas de Saúde, além destes, contava também com o Ensino Religioso. O Calendário Escolar era de 190 dias letivos e 720 horas anuais de aula.

Ao nos propormos realizar a pesquisa, objetivamos analisar o currículo da escola, averiguar se haviam práticas pedagógicas e disciplinas voltadas para o meio rural, por se tratar de instituição localizada em área rural. Para nossa surpresa, constatamos que não trazia o cotidiano rural em seu trabalho, mesmo com a legislação assegurando a calendário escolar diferenciado (LDB 1971) ou, o conhecimento das atividades econômicas da região (Decreto-Lei de 1946), para ficar com poucos exemplos.

Dedicando nossa atenção aos itens destacados no capítulo anterior referente à legislação educacional, em nenhum aspecto percebemos mudanças no currículo da Escola pesquisada. Com tais informações, nossa hipótese de ser a Escola Valentim Berto, voltada para a realidade rural, com práticas pedagógicas direcionadas ao meio da qual pertencia, não pode ser ratificada, e sim vetada. Constatamos, para nossa decepção, que o currículo desta era igual ao das escolas localizadas na área urbana. Afirmção esta comprovada por nosso entrevistado quando interrogado a respeito do currículo escolar, se era específico para escolas do meio rural, ou se igual ao das cidades:

Mesma coisa. Uma coisa que eu achei difícil nos primeiros anos foi que as provas finais vinham do Estado, de Porto Alegre e eram provas que não condiziam com a realidade daqui. A prova, digamos, abordava um tema da cidade grande que pro aluno aqui era totalmente invertido. Nem sabiam do que se trava. Por exemplo, naquele tempo se falava de bonde, se falava do transporte urbano e aqui, o aluno ficava totalmente por fora. Tanto foi que os professores depois em reuniões começaram a falar, criticar e aí eles deram autonomia, daí as escolas montavam suas provas finais.¹⁹

¹⁹ Ibidem.

Professor Mafaldo contando-nos das dificuldades dos alunos em assimilarem temas como os dos meios de transporte, para seus alunos que pouco mesmo conheciam a respeito do automóvel, quem dirá o “bonde”. Nestes casos, tentava nosso entrevistado fazer aulas mais próximas da realidade dos alunos: “Dentro destes conteúdos [obrigatórios] você podia jogar a vida do interior, a vida do campo, fazia um ditado, você não ia falar do bonde lá do centro de Porto Alegre, mas você ia falar da bicicleta, dos meios de transporte que tem aqui na região.”

²⁰ Com isso buscava aproximar os alunos da vida no interior.

Frente ao contexto histórico nacional e principalmente estadual, pensamos que o governo a fim de chegar mais próximo das populações rurais e impor suas ideias de desenvolvimento, transforma a Escola Rural Valentim Berto em um estabelecimento igual aos das cidades. Estava este, interessado na implantação da grande indústria, além da exploração em moldes capitalistas e modernizados. Tendo em vista a grande crise econômica em âmbito nacional, bem como a movimento de luta pela redemocratização do país. Lembramos aqui da frase de Quadros (1999) que descrevemos anteriormente: “a escola está aberta para receber o ‘mundo de lá – da cidade’”. (p. 108) Havia uma relação estreita entre o modelo de desenvolvimento de sociedade urbano industrial e o direcionamento do ensino nas escolas rurais. Este trazia imbuído em suas práticas a projeção do urbano sobre o rural no sentido de modernização.

A Escola Valentim Berto sofre tais tensões. Não estando ligada as instituições rurais, quanto à grade curricular das aulas ministradas, deixa de lado o emblema de Escola Rural. Segundo nosso entrevistado:

Na verdade, essa escola aqui não era uma Escola Rural, essa aqui era chamada Escolas Reunidas, porque naquela época, eles reuniram, extinguíram duas, três escolas aqui ao redor, e reuniram os alunos aqui. Mas ela não era mesmo voltada para o ensino rural. [...] ²¹

A partir deste depoimento, percebemos que nem se quer a palavra “Rural” na nomenclatura da escola era do conhecimento dos professores. O ideal de escola urbana era tão fortemente transmitido por parte do governo, que mesmo nos 10 anos em que a escola do Povoado Berto carregou o termo “Rural” este não foi compreendido, tanto por pais como por professores, caso contrário teriam estes se expressado buscando uma escola ligada à realidade local.

²⁰ Ibidem.

²¹ Ibidem.

Dedicamo-nos também ao estudo aos dados sociais dos alunos da escola, quem foram eles e seus pais: localidade da residência, religião, calendário escolar, profissões. Nosso interesse era em conhecer o público atendido pela escola, verificar suas origens. Constatamos que a população atendida pela escola pesquisa, era 100% rural, conforme havíamos previsto.

No livro de Frequência da Escola verificamos as seguintes informações referentes às matrículas na instituição: nome do aluno, sexo, cor, data de nascimento, naturalidade, idade, estatura e data da matrícula do aluno. A análise destes dados levou a constatação de serem os alunos na maioria da cor branca, naturais de Erechim ou Barão de Cotegipe, residentes no Povoado Valentim Berto. Ao que se refere aos pais dos alunos eram pedidos os nomes, o grau de instrução e a religião, bem como o nome do responsável pelo aluno. A respeito da religião predominavam Católicos, no espaço referente ao grau de instrução, temos resultados como: analfabetos e ensino primário incompleto, sendo todos agricultores, residentes no Povoado Valentim Berto e aos redores deste.

Realizamos a pesquisa no número de matrículas escolares efetuadas na Escola Valentim Berto durante seu funcionamento, para tal, utilizamos como parâmetro, a fim de normatizar a leitura dos Boletins Estatísticos da Instituição, o mês de março de cada ano. Somente no ano de 1962, no qual iniciam as atividades escolares no mês de agosto, auferimos os dados do referido mês.

Tabela 01: Números de Alunos Matriculados anualmente na Escola Valentim Berto.

Número de alunos matriculados anualmente na Escola			
Ano	Alunos	Ano	Alunos
1962	22	1978	25
1963	31	1979	19
1964	27	1980	18
1965	35	1981	17
1966	34	1982	22
1967	45	1983	19
1968	42	1984	18
1969	39	1985	20
1970	35	1986	15
1971	36	1987	11
1972	32	1988	12
1973	41	1989	10
1974	36	1990	08
1975	36	1991	07
1976	29	1992	10
1977	23	1993	10

Fontes: Livro de Matrículas – 1962 a 1993.

A apreciação da Tabela 01 nos possibilitou a constatação de diversos dados importantes para nosso estudo: entre os anos de 1965 a 1975 concentram-se o maior número de matrículas na escola, tendo no ano de 1967 seu auge, 45 alunos estudando no estabelecimento. A partir do ano de 1982, os números sofrem um decréscimo considerável, chegando ao início dos anos 1990 com menos de 10 matrículas anuais. Por fim, os últimos dois anos de funcionamento da escola constam como matriculados 10 alunos. A Escola que inicia suas atividades com 22 alunos e, durante seus primeiros 14 anos sempre aumenta a população atendida, passa seus 18 anos seguintes vendo esta população diminuir até encerrar suas atividades com 10 alunos matriculados.

Passamos agora a análise documental referente aos profissionais que trabalharam no estabelecimento. Tais indivíduos foram de enorme significância para o desenvolvimento da instituição educacional, assim como para a educação dos jovens que a frequentaram. Em anos passados, os quais o deslocamento para outra cidade era de difícil acesso, assim como à busca por qualificação profissional, aliado as dificuldades financeiras das famílias que na maior parte dependiam unicamente da produção agrícola contando desta forma, com as ações climáticas, foram heróis estes profissionais que se dedicaram ao trabalho educacional. Abaixo a sistematização dos servidores que trabalharam na escola, constantes no livro de registros de funcionários do estabelecimento.

TABELA 02: Funcionários da Escola Valentim Berto.

Funcionários da Escola Valentim Berto		
Nome	Cargo	Anos Trabalhados
Mafaldo Berto	Professor	1962 – 1993
Amândio José Dobrowolski	Professor	1968 – 1969
Nair Toscani Dobrowolski	Professora	1968 – 1970
Marlene Rosália Zatkowski	Professora	1966
Ardolino Antônio Palavicini	Professor	1970 – 1989
Janse Nanci Kopp Rodrigues	Professora	1989 – 1990
Marisa Rosa	Professora	1993 – 1994
Rosalina Dal Castel	Doméstica	1963
Severina Manfé Berto	Doméstica	1964
Ediles Adelaide Palavicini	Auxiliar de Serviços Gerais	1972 – 1989
Nelsi Dal Castel Balsanelo	Merendeira	1992 – 1993

Fonte: Livro de Registro de Funcionários da Escola Valentim Berto.

Com leitura da Tabela 02 constatamos, conforme anteriormente dito, que o Professor Mafaldo trabalhou na escola durante todo o período que esta esteve em funcionamento: 31 anos de dedicação a educação ofertada pela instituição. Este contou com o auxílio, nos anos

de 1963 e 1964 de Rosalina Dal Castel e Severina Manfé Berto, respectivamente, nos trabalho de limpeza do local. O que se refere a professores, temos no ano de 1966 a presença de mais uma professora trabalhando na Escola: Marlene Rosália Zatkowski. A partir de 1968 existiam na instituição mais professores para a realização do processo de ensino-aprendizagem, somente nos anos de 1991 e 1992, Professor Mafaldo voltou a assumir sozinho, as tarefas da escola.

Constatou-se também, que a presença de doméstica, auxiliar de serviços gerais e merendeira oscilavam constantemente ficando a escola, por grande espaço de tempo, desprovida destes trabalhos. Com este dado retomamos a fala do professor entrevistado que contou-nos que por muito tempo dividia com os alunos as tarefas de limpeza da instituição.

Outro aspecto que nos chama a atenção é a existência de uma concordância entre a Tabela 01 e a Tabela 02: nos anos em que o número de alunos matriculados é maior, o número de professores também aumenta. Portanto, quanto maior a população atendida, mais trabalho na escola, o que ocasiona o aumento de profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Durante a entrevista, questionamos o professor Mafaldo sobre seu ingresso na Escola, se havia sido mediante concurso. Muito prestativo contou-nos:

Não, naquele tempo eu entrei tipo hoje que têm no Estado os contratos emergenciais e, eu entrei leigo, não sabia nada. Inclusive no dia em que eu comecei, abri a escola, tive a felicidade de receber, duas orientadoras que vieram visitar a escola, para ver se já estava em funcionamento ou não. Eu não sabia nem onde localizar o quadro negro, daí elas disseram “que em função da luz das janelas, você tem que localizar o quadro negro”, eu era leigo no assunto. Entrei tipo hoje os contratos emergenciais e continue no contrato emergencial, depois no fim eu fui efetivado, depois de tantos anos de trabalho, fiquei efetivado, mas entrei nos contratos emergenciais.²²

A respeito de formação posterior para adequação as atividades desenvolvidas na escola como professor, auferimos: “Sim, nos tivemos cursos de férias, tinha curso de férias, o que equivaleria hoje ao normal, aquele normal que fazem em nível de segundo grau, nós tivemos curso de férias com didáticas, tudo.”²³ O interrogamos sobre a existência, neste curso de formação, de disciplinas voltadas para a licenciatura, ou seja, sua atividade, ao que o professor Mafaldo disse: “Exatamente.”

Percebemos na fala do professor sua tamanha honestidade: “eu entrei leigo, não sabia nada”. Foi sua força de vontade e determinação em prol da educação das crianças da

²² Ibidem.

²³ Ibidem.

comunidade, que o motivaram ao trabalho, e conseqüentemente, a realizar estudos que o integraram ao quadro de professor efetivo do Estado do Rio Grande do Sul.

Contamos neste capítulo um pouco da história da Escola Valentim Berto, o tema que se segue, continua a tratar a respeito desta instituição, porém, em situação de encerramento das atividades. Abordaremos o período do advento do processo de nucleação de escolas.

4 O PROCESSO DE NUCLEAÇÃO DAS ESCOLAS

A eu lembro que a nucleação foi um choque, um choque geral. E eu acho até que a nucleação fez uma coisa errada que ao fechar as escolinhas do interior eles, nas comunidades, eles começaram a tirar uma célula mãe da comunidade, a comunidade perdeu um braço, perdendo a escola. Tanto é que muitas comunidades depois que perderam a escola pela nucleação, as comunidades morreram, quantas comunidades que diminuíram em função da nucleação.²⁴

4.1 O PROCESSO DE NUCLEAÇÃO DAS ESCOLAS RURAIS

Neste terceiro capítulo, nos reservamos à tarefa de trabalhar acerca do processo de nucleação da Escola Valentim Berto, para tal iniciamos uma análise das mudanças ocorridas na área educacional nos anos de 1990. O referido período é marcado por reformas na educação, nos diversos níveis e modalidades de ensino.

A história da educação brasileira nos espaços rurais, a partir de meados dos anos 1970 esteve inserida em um novo contexto, no qual o Regime Militar avançava os processos de urbanização e industrialização, ocasionando o aumento da população nas cidades e no ritmo de desenvolvimento econômico. Ao que se refere aos espaços rurais, mais especificamente as escolas, temos a significativa diminuição do número de alunos destas, devido ao crescente êxodo rural, aliado salas multisseriadas e unidocentes, vistas como inferiores em relação as dos centros urbanos, em função de possuírem professores leigos ou com formação inferior. Somado a isto, temos instituições com prédios em condições precárias, poucos recursos pedagógicos e bibliotecas de baixo acervo. Tais aspectos foram considerados obstáculos à educação de qualidade.

Frente a este panorama, surge no Brasil, a ideia de unir as escolas rurais portadoras das características acima citadas em uma escola-núcleo, ou seja, fechar as escolas da zona rural e transferir seus alunos para outra escola, com vistas a manter um padrão de qualidade de ensino. Este foi é chamado de Projeto de Nucleação: importado dos Estados Unidos, quando dos acordos assinados entre o governo americano e governo ditatorial brasileiro, conhecidos como Acordos MEC-USAID que tinham a finalidade de utilizar a prática da nucleação para elevar os níveis de educação das populações do campo.

Por nucleação escolar, compartilhamos com a ideia de que:

A nucleação das escolas se constitui em um processo de agrupamento de pequenas escolas unidocentes, isto é, apenas um professor para quatro séries primárias de uma região rural em uma escola núcleo, com características próprias de organização e

²⁴ Ibidem.

funcionamento, que pode se localizar nas próprias comunidades rurais ou até mesmo nas sedes dos Municípios (MARINI, 2010, p. 12 *Apud* D' AGOSTINI, 2003, p. 18).

A nucleação das escolas rurais tinha como argumento no plano político-pedagógico a melhoria no processo educativo em escolas-núcleo, com séries divididas por salas, um professor por turma, tendo formação superior, maior disponibilidade de recursos. Ao que se refere aos argumentos econômico-administrativos, podemos destacar que os custos com a nucleação eram mais baixos, se comparado com os custos da manutenção de pequenas escolas rurais, devido o menor número de profissionais envolvidos no processo educacional, assim como os gastos com a manutenção dos prédios escolares. Podemos acrescentar que, se por um lado houve economia com o projeto de nucleação das escolas, por outro, passou a existir os gastos com a implantação do transporte escolar, que deslocava os alunos de suas comunidades para as escolas-núcleos.

No Brasil, foi na década de 1990, quando das reformas educacionais introduzidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº. 9.394/96 que ocorreu o auge do processo de nucleação iniciado nos anos 1970. Com a promulgação da referida norma, ocorreu à priorização do ensino fundamental com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) que estabeleceu a transferência de recursos a escolas desta etapa de ensino. Desta forma, foi estimulada a municipalização de escolas de ensino fundamental, ocasionando o fechamento de várias escolas estaduais multisseriadas de ensino fundamental incompleto pertencentes aos Estados, principalmente as localizadas na zona rural.

No Rio Grande do Sul, o auge da nucleação escolar ocorreu entre os anos de 1992 e 1994, quando do governo de Alceu Collares. A prática realizada neste período estava interligada com a descentralização e o processo de democratização, descrito na Constituição Federal de 1988. Além disto, a norma é a primeira a reconhecer os municípios como instâncias administrativas da gestão de políticas sociais públicas, ocorrendo à intensificação do processo de municipalização da educação. Foi neste período, do governo de Alceu Collares e as reformas educacionais voltadas para a descentralização da gestão da educação, que ocorreu o fechamento da Escola Valentim Berto, como veremos adiante.

Claudemir Pereira Madeira, ao realizar estudo em 2010, referente o processo de nucleação no Rio Grande do Sul, dando maior enfoque a esta política na cidade de Cerrito, aponta como objetivos da Secretaria Estadual de Educação para a nucleação:

a) oferecer condições objetivas mais propícias a uma prática pedagógica que favoreça o intercâmbio e as interações de experiências e de conhecimentos;

- b) assegurar o acesso e a permanência dos alunos em turmas unisseriadas, em estabelecimento da rede pública;
- c) possibilitar aos alunos vivenciarem novas experiências, que os levem a estabelecer relações mais amplas com o mundo em que vivem (SEC/RS). (MADEIRA, 2010, p. 93)

Durante muito tempo a educação dos povos do campo esteve ligada a um modelo importado de educação, que era a reprodução fidedigna da escola urbana, a serviço do projeto de desenvolvimento urbano-industrial. Com o processo de nucleação, o que ocorreu foi à transferência dos alunos para as escolas da cidade, onde supunha o Estado, oferecer melhores condições e qualidade ao sistema educacional.

Frente à implantação do processo de nucleação, existem várias críticas. Destacamos aqui algumas delas como, o distanciamento da comunidade em relação à escola. Antes as famílias participavam mais do funcionamento da instituição, com a nucleação, a distância passou a funcionar como obstáculo. Além disso, a retirada dos alunos do campo acentuou o processo de êxodo rural, pois estando na cidade todos os dias, muitos passam a se adaptar com o cotidiano destas, aliado ao fato de que a cidade contém atrativos que podem manipular as intenções das pessoas.

A Escola Valentim Berto também passou pelo processo de nucleação durante o ano de 1993. A partir de agora veremos especificamente como ocorreu este processo na instituição objeto de nossa pesquisa.

4. 2 O PROCESSO DE NUCLEAÇÃO DA ESCOLA VALENTIM BERTO

A Escola Valentim Berto no final do ano 1993, quando contava com 10 alunos matriculados, dois professores e uma merendeira foi comunicada a respeito do processo de nucleação escolar que estava ocorrendo no Estado. Em reunião do Círculo de Pais e Mestres no dia 23 de dezembro de 1993, a notícia dos “planos para a nucleação” foi anunciada pelo então Prefeito Municipal de Ponte Preta, Sr.º Júlio Capeletto na companhia da Supervisora e Coordenadora do Órgão Municipal de Educação, da seguinte maneira:

O Sr.º Prefeito tomou a palavra [...]. Levou ao conhecimento dos pais os planos para a nucleação das escolas, na sede do município, oportunizando um grande avanço na educação, o que favorece um melhor rendimento de professores e alunos. O Professor Mafaldo também falou citando vantagens da nucleação e solicitou que a Professora Odete (aos p) digo; expusesse aos pais a situação financeira do fundo para a saúde, a mesma prestou informações do que tem sido feito neste sentido. [...] (ATA N.º. 02/1993)

Foi exatamente desta forma, que o assunto da nucleação da Escola Valentim Berto foi exposto e recebido na instituição. Colocada pelo Prefeito Municipal apenas como um “grande avanço na educação”, mas sem explicações referentes às Normas de Cessação das Atividades Escolares, além da ausência do diálogo com a comunidade. Simplesmente uma fala informando sobre a nucleação, não ocorrendo informações sobre o fechamento da Escola Valentim Berto ou a transferência dos alunos para a Escola São José da sede do Município.

Ao que se refere à fala do Professor Mafaldo no dia da reunião, “citando vantagens da nucleação”, ficamos com dúvida quanto ao posicionamento deste frente ao processo de fechamento da escola, seria ele favorável a nucleação? A fim de compreender seu posicionamento acerca do assunto, durante a entrevista realizada questionamos o mesmo a respeito, ao que auferimos:

É as vantagens que eu citei era que lá na sede, cada aluno, cada série tinha seu professor, ou até ainda selecionava conforme a 1ª série iam dividindo crianças mais novas, mais novinhas de menos idade na 1ª série das de mais idade, aquilo foi uma pequena vantagem. Só a única vantagem que as crianças tiveram com a nucleação foi que cada série tinha o seu professor. Senão no resto eu achei que não. O transporte também foi outra pequena vantagem, os alunos começaram a caminhar menos.²⁵

Assim, percebemos que Professor Mafaldo compreendeu existirem vantagens relacionadas à docência e ao transporte escolar, mas não foi favorável a nucleação. Interrogamos o professor também a respeito dos argumentos utilizados por parte da administração para a nucleação da escola. Obtivemos como resposta:

O primeiro argumento que eles usaram foi que tinham poucos alunos, na verdade os alunos aqui já estavam diminuindo. [...] É, a clientela aqui, no final era de 10 alunos. E se fosse hoje, na verdade, depois com a escola de 1ª a 4ª série, teria uma média de 4, 3 ou 4 alunos, mais não teria. Inviável.²⁶

A partir deste dado assustador referente ao número de crianças que frequentariam hoje, se em funcionamento, a Escola Valentim Berto, indagamos o entrevistado a respeito do decréscimo do número de alunos. Inferimos que tal redução poderia ser referente ao número de filhos ter diminuído nas famílias, ou, ligado ao êxodo rural. O professor contou-nos: “Diminuiu o número de filhos. [...]”²⁷

Professor Mafaldo, que ainda reside com a esposa no Povoado Valentim Berto, ao tratar do assunto referente à população da comunidade, com uma expressão triste e voz

²⁵ Ibidem.

²⁶ Ibidem.

²⁷ Ibidem.

trêmula contou-nos: “Óh! Diminuiu 70%.”. Com isso, retornamos ao fragmento da entrevista que inicia este capítulo:

A eu lembro que a nucleação foi um choque, um choque geral. E eu acho até que a nucleação fez uma coisa errada que ao fechar as escolinhas do interior eles, nas comunidades, eles começaram a tirar uma célula mãe da comunidade, a comunidade perdeu um braço, perdendo a escola. Tanto é que muitas comunidades depois que perderam a escola pela nucleação, as comunidades morreram, quantas comunidades que diminuiram em função da nucleação.²⁸

Percebemos na fala do professor, assim como em sua expressão ao recordar a respeito do encerramento das atividades da Escola Valentim Berto, um profundo sentimento de tristeza, consternação com o ocorrido. O depoente afirma ter sido o processo de nucleação o motor para a desarticulação da comunidade, quando fala da perda de “um braço” desta. Conhecendo um pouco da história da comunidade compartilhamos e entendemos o sentimento de isolamento deste educador, que após dedicar 31 anos de trabalho em favor da educação, se depara hoje com um quadro comunitário totalmente reduzido em função do fechamento da escola.

Em comunidades do interior era constante existir uma intrínseca ligação entre escola, Igreja, campo de futebol e comunidade. Estes elementos conviviam com base no auxílio mútuo e, desempenhavam atividades que uniam a comunidade. Everaldo Marini (2010) pesquisando acerca da nucleação no município de Nova Petrópolis, constatou aspectos negativos ao que se refere aos encontros de partilha da vida comunitária após o fechamento das escolas do interior. Segundo o autor, a escola, a igreja e o cemitério eram locais de sociabilidade local, com o encerramento das atividades escolares, as comunidades ficaram desarticuladas.

No Povoado Valentim Berto a escola foi fechada em 1993, posteriormente o campo de futebol deixou de funcionar, tanto que hoje seu terreno é usado para a agricultura e, a Capela São Paulo da Igreja Católica conta hoje com um pequeno número de associados. As famílias foram se mudando para as cidades, o número de filhos por casal reduzindo e a comunidade por consequência destes fatores diminuiu.

Retornamos a Marini (2010) que ao estudar o tema da nucleação escolar, ao que se refere ao viés administrativo pedagógico, por parte do poder público municipal, constatou que o referido processo foi algo vantajoso, pois se torna mais econômico o transporte de crianças de uma escola para outra, ao invés de manter aberta uma escola com poucos alunos, além de escolas núcleos possuírem professores mais bem preparados e uma boa infraestrutura. Teria,

²⁸ Ibidem.

na Escola Valentim Berto, havido também o interesse de levar estes alunos ao contato com professores mais qualificados?

Outro aspecto referente à Ata Nº. 02/1993 tratando da notícia dos “planos para a nucleação das escolas” diz respeito a não constar nesta, falas de pais dos alunos. O processo é anunciado em poucas palavras pelo Prefeito e pelo Professor Mafaldo e, nada, exatamente nada, encontra-se escrito no documento sobre possíveis pronunciamentos de pais ou demais presentes durante a reunião. Assim como dito anteriormente, informações do Prefeito ou Coordenação Municipal referente à cessação das atividades da Escola não são verificadas no documento. Quando comentamos sobre o assunto com nosso entrevistado, ele prontamente respondeu-nos: “Não, a nucleação veio de cima para baixo, foi jogada em cima do pessoal e o povo não tinha nem como dizer “não esta escola vai continuar aberta”, foi um ato arbitrário do governo do Estado.”²⁹

Intrigados com a maneira como o processo de nucleação da Escola Valentim Berto foi posto pelas autoridades, continuamos conversando com o Professor Mafaldo a respeito. A fim de provocar a fala do entrevistado, compartilhamos nossa hipótese de que ou as falas não ocorreram, como é expresso no documento, ou, se ocorreram, foram negligenciadas na elaboração do registro. Nosso entrevistado então contou-nos que:

[...] E a nucleação a princípio o Júlio e a Odete vieram aqui, o prefeito, porque quando aconteceu à nucleação já era município de Ponte Preta, e o Júlio e a Odete, que era secretária da educação vieram fazer uma reunião aí na Escola, a própria merendeira, a Nelsi, ela era Dal Castel, casada com um Balsanelo, a mãe dela fez um escarcéu, “porque agora a minha filha tem que ir a Ponte Preta e companhia Ltda”. Daí eu disse para ela, olha, ela vai pegar o transporte, ela pegava o transporte lá em cima em frente do Moacir Balsanelo, ela faria o que, uns 800 metros a pé, e primeiro era vinha até aqui, fazia uns 2 Km, mas ela achava estranho ficar fora o dia inteiro. [...]³⁰

A partir deste comentário é plausível que as falas não ocorreram no momento da reunião, pois em se tratando de um município recentemente criado, a palavra do Prefeito e da Secretaria de Educação local, eram tidas como leis a serem seguidas sem contestação. Porém, posterior à reunião houve sim críticas ao processo de nucleação, como colocado pelo Professor Mafaldo, mas não tiveram a habilidade de driblar o processo de encerramento das atividades da Escola Valentim Berto. Conforme identificou Marini (2010) em sua pesquisa:

No caso do Rio Grande do Sul também são encontradas experiências de nucleação escolar a partir de relatos na imprensa e de documentos publicados na internet. Em todos os casos estudados, o programa de nucleação escolar emana da vontade do

²⁹ Ibidem.

³⁰ Ibidem.

poder público e ficou evidente a baixa participação das comunidades escolares fechadas no processo de nucleação. Na maioria dos relatos são encontrados depoimentos em que as comunidades escolares fechadas aprovaram a nucleação escolar após perceberem vantagens relacionadas ao convívio de seus alunos com outros grupos de estudantes (relacionamento e trocas culturais), professores graduados e transporte escolar seguro e funcional. Quanto ao olhar do poder público, um dos argumentos a favor da nucleação escolar no Rio Grande do Sul é o baixo número de matrículas em escolas rurais o que inviabiliza sua manutenção econômica. (MARINI, 2010, p. 145)

Após a Ata Nº. 02/1993, encontramos mais duas: Ata Nº. 01/1994 que além explanar a prestação de contas do repasse do 1º Trimestre deixa a disposição da 15ª Delegacia de Educação as compras realizadas; Ata Nº. 01/1995 de reunião realizada na Escola São José, para comunicação que a Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Valentim Berto bem como o Círculo de Pais e Mestres desta haviam sido extintos. Foram estes os últimos registros da instituição envolvida no processo de nucleação.

Procurando por documentos que tentassem explicar melhor o processo de nucleação no Estado do Rio Grande do Sul, nos deparamos com o Parecer Nº. 243/84 – Processo Nº. CEE 568/82 que trata das “*Normas referentes à cessação de atividades escolares e à extinção de estabelecimentos e de grau de ensino*”. O referido documento emitido pelo Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul – Comissão de Planejamento – expressa além das normas de cessação das atividades, a “*evolução do problema no período de 1975 a 1983 e a frequência das razões que o ocasionaram*”. A norma demonstra que neste período, 316 escolas encerraram suas atividades no Estado, sendo estas tanto estaduais, municipais como particulares, manifestando que o problema vinha se intensificando ano após ano.³¹

Na página 02 do Parecer Nº. 243/84, são citados 10 itens frequentes ao que se refere às razões para o fechamento das escolas. Dentre estes, citamos como os de maior intensidade: a insuficiência de recursos financeiros, a redução da demanda de matrículas, a criação de escola pública e existência de outras escolas na localidade ou proximidades, assim como, prédios em mau estado de conservação.

Frente a estes dados, o documento expõe:

A redução do número de alunos, quando se verifica em relação à escola pública, é normalmente ocasionada pelas migrações populacionais [...]. Neste caso a extinção do estabelecimento é medida necessária e oportuna para a manutenção do ordenamento da rede escolar em relação à demanda de matrículas, bem como para a redução dos gastos públicos com o ensino. (PARECER Nº. 243/84, p. 03)

³¹ Importante salientar que cada item descrito no documento, refere-se separadamente a escolas mantidas pelo poder estadual, municipal e particular. Trataremos aqui somente ao que se refere ao encerramento de atividades de Escolas Estaduais.

Percebemos neste excerto que para o Conselho Estadual de Educação, a medida mais adequada é extinguir escolas com baixo número de matrículas a fim de reduzir os gastos com a manutenção destas. Tal prática, segundo o documento, tem sido recorrente em diversos locais onde a população atendida pela escola diminuiu consideravelmente. Porém, quando retoma este aspecto algumas linhas abaixo, o argumento não é mais a redução dos custos, mas sim, “um meio de oferecer ensino de boa qualidade”. (Parecer Nº. 243/84. p. 04). Assim, o próprio Conselho de Educação, na escrituração de seus atos se contradiz.

O item 02 do documento, ao falar sobre as *Normas Gerais sobre a Cessação de Atividades Escolares e a Extinção de Estabelecimento de Grau de Ensino*, explica que o fim das atividades escolares só poderia ocorrer ao final do ano letivo, dependendo de ato do poder público. Trata também da guarda do acervo da escrituração escolar, que deveria ser feita na Delegacia de Educação, a qual a escola pertencia, ou esta poderia designar outro órgão para o trabalho. Desta maneira, a expedição de documentos para os ex-alunos pelo órgão competente deveria conter além das especificações gerais do aluno, “[...] o número e a data do ato de extinção ou do ato declaratório de cessação e, quando for o caso, referência ao ato de designação da instituição ou da pessoa, para expedi-los.” (Parecer Nº. 243/84. p. 08)

Referindo-se aos *Procedimentos para a Cessação de Atividades Escolares e a Extinção de Estabelecimento e de Grau de Ensino*, o documento analisado expressa:

3.3.1 A Secretaria da Educação e Cultura remeterá a este Conselho, até 31 de maio do ano ao término do qual tenciona extinguir escola ou grau de ensino, por ela mantido, processo relativo à matéria.

Este deverá incluir:

- solicitação de parecer, com vistas à extinção;
- explicitação os motivos para a extinção;
- cópia dos atos de criação, de reconhecimento, de reorganização e da designação;
- cronograma da supressão de séries, se for gradativo o fechamento do estabelecimento;
- relatório circunstanciado, após verificação *in loco*, e observado o que consta no subitem 2.2³² deste parecer, de comissão credenciada por órgão competente, em que constem as seguintes informações:
 - condições “da escrituração escolar e arquivo que assegurem a verificação da identidade de cada aluno, e da regularidade e autenticidade da sua vida escolar”;
 - indicação do modo de atendimento dos alunos remanescentes no momento da extinção do estabelecimento ou do grau de ensino.

3.3.2 – Após parecer deste Conselho favorável à extinção, deverá o Poder Público Estadual emitir o ato próprio correspondente. (PARECER Nº 243/84, p. 11)

Em visita a 15ª Coordenadoria de Educação do Estado, a qual a Escola Valentim Berto fez parte, questionamos os funcionários ao que se refere à documentação do Processo Nº

³² O referido subitem trata de que se as verificações requeridas para o processo tiverem alguma deficiência na escrituração, deverão estas serem sanadas antes de encaminhadas ao Conselho de Educação do Estado para o processo de cessação das atividades ou extinção de grau de ensino.

092.234/19.00/94.8 que trata do encerramento das atividades da escola pesquisada, a fim de o analisarmos. Porém, recebemos a informação que a referida documentação não se encontra sob jurisdição deste órgão, e sim, nos arquivos da Secretaria de Educação do Estado, na cidade de Porto Alegre. Sendo assim, sem a disponibilidade de nos deslocar até referido centro, assim como não estar no plano que nos propusemos a realizar, trabalhamos com os demais documentos encontrados, que nos trazem dados enriquecedores ao trabalho.

A partir das informações acima, constatamos que após o pedido de cessação de atividades escolares ser realizado formalmente à Secretaria de Educação, o interessado no fechamento deveria apresentar um processo justificando com argumentos a decisão. No caso da Escola Valentim Berto, segundo o professor entrevistado o argumento de maior força foi à redução do número de matrículas. Ao que se refere ao direcionamento dos alunos remanescentes da Escola Valentim Berto, todos eles foram orientados e transferidos para a Escola São José, na sede do município, a fim de continuarem seus estudos. Os demais anexos que deveriam integrar o processo eram de ordem da escrituração da escola, no caso, de fácil acesso. Organizado o processo requerido pela Secretaria de Educação do Estado, foi só esperar pela decisão de extinção da Escola Valentim Berto.

No ano de 1995 temos o Parecer N°. 369/95 emitido pela Comissão de Planejamento do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul que: “Declara cessadas, nas datas indicadas, as atividades das Escolas Estaduais de 1º Grau Incompleto pertencentes a 15ª Delegacia de Educação, relacionadas no item 5 deste parecer.” (p. 01) No referido item temos o nome de 20(vinte) escolas que foram fechadas por decisão do Parecer N°. 369/95, dentre elas, a Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Valentim Berto, alvo de nosso estudo. Desta forma, como marco final da escola, temos o dia da cessação de suas atividades junto ao poder estadual: 09 de março de 1994. Ainda, consta no Parecer analisado, que no ano de 1994, se a escola estivesse em funcionamento, contaria com 13 alunos matriculados, que por hora, foram transferidos para a Escola São José, a 03 km de distância da localidade da antiga escola.

As 20(vinte) escolas fechadas por decisão do Parecer N°. 369/95 transferiram um total de 257 alunos para escolas-núcleos na região do Alto Uruguai. Os estabelecimentos ficavam a uma distância de 3 Km a 12 Km das antigas escolas. O transporte escolar foi implantado nas regiões para facilitar o percurso. Os ex-alunos da Escola Valentim Berto, hoje demoram pouco tempo para chegar a Escola São José, por ser uma distância relativamente pequena e existirem diversas rotas de transportes que visam diminuir o tempo do percurso.

O Parecer 243/84, a respeito do transporte escolar expõe: “A história contemporânea dos sistemas de ensino em vários países, em alto grau de desenvolvimento, mostra ter sido

este [o transporte escolar]³³ o meio de oferecer ensino de boa qualidade em zonas de baixa densidade populacional.” (PARECER Nº 243/84, p. 04). Neste caso, o governo estava alicerçando seu projeto de nucleação em um dado historicamente comprovado: o uso do transporte escolar.

Conversando com Professor Mafaldo sobre a mudança de seus alunos para a Escola São José da sede do município de Ponte Preta, este falou da vantagem do transporte escolar que os recolhia em pontos da comunidade e os conduzia para a escola da cidade. Antes, quando das atividades da Escola Valentim Berto, os alunos faziam o trajeto de suas casas até esta a pé, tendo que enfrentar as mudanças climáticas de dias de sol quente, dias chuvosos ou frios, para poderem frequentar as aulas. Sendo assim, o transporte havia facilitado à locomoção dos pequenos. Porém, o professor contou-nos com certo sentimento de tristeza para com seus ex-alunos a dificuldade destes em se adaptar a nova escola:

[...] E para os alunos também foi uma dificuldade, falei com muitos, principalmente os mais pequenos, que vinham aqui, estavam na 1ª, 2ª série aqui habituados só com os amiguinhos aqui do lugar, e quando foram lá para Ponte Preta, eles ficaram assim perdidos, tipo largar uns 10 pintinhos em um terreiro estranho, ficaram perdidos.³⁴

Voltando-se a análise dos argumentos utilizados para o encerramento das atividades das escolas da zona rural, encontramos referências a professores melhor preparados existentes nas escolas-núcleos, que poderiam proporcionar aos alunos maior desenvolvimento. Porém, ao que se refere à Escola Valentim Berto, encontramos no livro de Atas da instituição um Termo de Visita realizada na Escola em 03 de julho de 1991, que entre outros aspectos, destaca:

Mantivemos contato com o Diretor-Professor da escola; conhecemos as dependências da mesma; conversamos com os alunos da 2ª e 3ª série quanto a importância do estudo, a frequência e o trabalho conjunto entre professores, pais e alunos; comunicamos o nome do atual Delegado de Educação – Professor Guilherme Barp; constatamos um trabalho humano, participativo, promocional e, em nível excelente, quanto ao interesse, conteúdos, aproveitamento, limpeza e conservação das dependências internas e externas da escola. Os alunos são interessados, comunicativos e conscientes da necessidade do estudo hoje. O trabalho do professor é elogiável. (TERMO DE VISITA, 03.07.1991)

Visitas por parte da Delegacia de Educação à escola eram frequentes. Tais encontros visavam “[...] conhecer, assessorar e acompanhar de forma conjunta, o trabalho administrativo e pedagógico, em vista de melhoria do processo ensino-aprendizagem. [...]” (Termo de Visita,

³³ Inserido pela autora. O documento usa o termo “este” para retomar o assunto do transporte escolar, comentado no parágrafo anterior.

³⁴ Entrevista realizada com Mafaldo Berto. Em sua residência na cidade de Ponte Preta/RS. Data: 06/09/2014.

03.07.1991). Pelo excerto acima, percebemos que a prática de ensino-aprendizagem desenvolvida na Escola Valentim Berto era avaliada pela Delegacia de Educação como sendo de excelente qualidade; conforme citado anteriormente na fala do Professor Mafaldo: “E se dava conta do recado.”³⁵ Portanto, não se faz plausível argumentar a nucleação desta escola ter ocorrido devido à carência no sistema de ensino.

Outro aspecto referente ao encerramento das atividades de escolas rurais constante no Parecer N°. 243/84, trata das instalações escolares, que se estando em condições precárias eram fechadas e não reformadas. Porém, este argumento também não pode ser aplicado a Escola Valentim Berto, pois esta contava no período de encerramento de suas atividades, com prédio novo, construído no ano de 1991. Segundo Professor Mafaldo: “É a Escola de madeira funcionou de 62 a 91. De 91 foi construída a escola nova que durou pouco tempo, depois houve a nucleação.”³⁶ Ainda, o Professor nos contou que durante a construção do novo prédio da Escola, as aulas ocorreram no Clube Esportivo da Comunidade.

Fotografia 02 – Foto da Escola Valentim Berto



Fonte: Acervo da autora, imagem de 03/10/2012.

³⁵ Ibidem.

³⁶ Ibidem.

Durante o período de coleta e seleção dos documentos da Escola Valentim Berto, encontramos um em especial que muito nos chamou atenção. Trata-se do Ofício 05/84 de 08 de novembro de 1984, o qual é direcionado ao Delegado de Educação da 15ª DE, Sr.º Leodósio Busanello. O teor do documento visa informar o Delegado referente a um dia de paralisação do magistério Estadual “[...] com a finalidade de analisarmos as proposições que nos estão sendo apresentadas pela direção do CEPERGS [...]” (Ofício N.º. 05/84, p. 01) Além de tratar do apoio a categoria funcional, o documento expõem que no dia da paralisação os professores da escola analisaram também como estava ocorrendo o ensino no meio rural, especialmente o da instituição. Constataram:

[...] utilizando a expressão de nosso agricultor, “o ensino de hoje não ensina mais nada”, na realidade estamos nós notando que o trabalho realizado em nossas escolas rurais, mais é uma preparação para o jovem ir para a cidade do que uma preparação para a vida que o espera, necessitaríamos realmente em nosso meio rural fazer o que o agricultor nos diz, nossos filhos necessitariam somente aprender ler, escrever e fazer contas, se analisarmos bem estas expressões simples elas revelam uma necessidade urgente de troca de metodologia e programas de ensino especialmente em nosso meio rural se quisermos contribuir com nossa parte de escola para evitar o êxodo rural cada vez mais crescente. Deveríamos em nosso meio rural nos preocupar em estimular o nosso aluno a permanecer em seu meio, transmitindo a ele conhecimentos mais aprofundados em agricultura, transmitindo a eles uma nova metodologia de produção através do eslogam, “produza mais e melhor com menos esforço” tentando com isso fixar nosso homem do campo só no campo e não estimular o nosso homem do campo a abandonar o campo e contribuir com a miséria da cidade. [...] (OFÍCIO 05/84. p. 01-02)

O documento expressa que, ainda no ano 1984, os professores da escola já haviam percebido que a metodologia de trabalho desta não estava sendo eficaz para manter os alunos no campo: formava homens interessados em abandonar o meio rural e viver nas cidades. Ainda descrevem que se escola quisesse contribuir para evitar o êxodo rural, deveria trocar a metodologia. Inferimos que essa mudança estaria direcionada a inserir disciplinas voltadas para o meio rural, para o cotidiano dos agricultores, visando fortalecer os laços destes com a terra e desenvolver a agricultura familiar.

Após a constatação de que a Escola estava servindo de alavanca para a desistência do homem em permanecer no campo, realizaram também um levantamento a respeito dos alunos que frequentaram a escola até o ano 1984. Tal processo serviu para reforçar a ideia de que a metodologia de trabalho da instituição não estava causando o efeito que desejavam. Por este, verificaram que:

Em 22 anos de funcionamento foram efetuadas aproximadamente umas 230 matrículas novas e deste total de alunos somente 23 completaram o segundo grau digo, o primeiro grau e 5 estão cursando da 5ª a oitava série, alunos que completaram o segundo grau temos 8 e mais 7 cursando, finalmente, alunos que

passaram por nossa escola e completaram curso superior temos somente três, um é engenheiro agrônomo, um é engenheiro civil e um fez o curso de ciências. Na grande maioria das escolas do meio rural o número de pessoas que continua estudando é emno, digo, menor em proporção que a nossa e apesar disto nós continuamos nos preocupando em ministrar ao aluno disciplinas que o prepare para isto, sem nos preocuparmos em prepara-lo para a vida que o espera e a sobrevivência em seu meio e com isto o estamos o estimulando a abandonar o campo. Por incrível que pareça, as nossas escolas do meio rural também são um ótimo fator para que o nosso homem do campo desista dele. Esta é a nossa conclusão após este dia de parada para pensar. (OFÍCIO 05/1984. p. 02)

Para complementar o infeliz contexto da Escola Valentim Berto, são acrescentados estes dados de baixa continuidade dos estudos pelos ex-alunos do estabelecimento. Apesar da boa localização da comunidade, apenas 03 Km de distância para se chegar ao Distrito de Ponte Preta, que tornava mais fácil o acesso a ônibus, ou mesmo a realização do trajeto a pé pelos alunos até este, para a conclusão do 1º Grau, um pequeno número de jovens o finalizou. Ao que se refere à conclusão do 2º Grau e o Ensino Superior, os números diminuía ainda mais, pois tinham os alunos que se deslocar a Barão de Cotegipe, Erechim, ou localidades mais distantes. Pensando em comunidades nas quais as distâncias eram maiores, certamente, como consta no documento analisado, o número de jovens que continuavam os estudos era bem menor.

Nesta segunda citação do Ofício 05/84, novamente os professores chamam a atenção do problema da metodologia usada na escola. Segundo eles, esta não estava nem auxiliando os alunos a continuarem os estudos, nem os incentivando a permanecer no campo, estava sim intensificando o êxodo rural, a fim de fortalecer a miséria das cidades, pois sem estudo, a dificuldade de conseguir trabalho aumenta.

Durante a entrevista realizada com Professor Mafaldo, conversamos a respeito do documento emitido pelos docentes, inclusive ele, no ano de 1984. Interrogamos o depoente acerca da percepção do decréscimo de alunos que permaneciam no campo. O professor relatou: “A maioria, a maioria ia para a cidade. E a escola, como te disse de início, ela não oferecia aquele ensino agrícola, nas escolas rurais eles tinham práticas agrícolas, mas aqui nunca teve a iniciação agrícola, não constava no currículo. [...] Iguais as dos centros, das sedes.”³⁷

No final do documento temos a seguinte observação: “O dia letivo perdido nesta parada que nos foi excelente, nos serviu para acordar um pouco, será recuperado no próximo sábado.” (Ofício 05/84. p. 02) Compreendemos por este fragmento, o grande valor que os professores atribuíram a reflexão realizada, quando do emprego das palavras “excelente” e

³⁷ Ibidem.

“acordar”, que demonstram a descoberta que a metodologia da escola estava com problemas, sendo necessária uma mudança.

Pelos trechos acima, extraídos do Ofício 05/84, percebemos o empenho dos professores para com a Escola, os alunos e o temor ao êxodo rural brasileiro. Ao pensarem em específico sobre sua prática de trabalho, demonstram com humildade a gênese do problema que estava ocorrendo na localidade. Sendo o documento direcionado ao Delegado de Educação responsável pela Escola, esperavam os professores, sensibilizarem o destinatário acerca daquilo que estava ocorrendo na instituição, propondo uma mudança na metodologia de trabalho desta. Porém, ao pesquisar nos documentos recebidos pela Escola, assim como no restante do acervo, não encontramos nenhuma resposta, por parte da 15ª Delegacia de Educação, ao Ofício 05/84. Portanto, é plausível que tal departamento não deu atenção ao problema constatado pelos professores, assim como, assegurar que de certa forma, contribuiu “para que o nosso homem do campo desista dele.”

4.3 A ESCOLA VALENTIM BERTO ATUALMENTE

Pesquisamos acerca da situação da Escola Valentim Berto nos dias de hoje, pois como salientamos na introdução deste trabalho, certo sentimento de tristeza nos acompanha há muito tempo e, é nutrido dia após dia com relação à referida instituição. Um prédio novo, em perfeitas condições de uso, com materiais e equipamentos diversos, professores e merendeira, foi fechado pelo governo do Estado por conter um pequeno número de alunos matriculados, como discurremos anteriormente.

A paisagem imagem abaixo, colhida recentemente pode demonstrar nosso pesar com relação à situação da Escola. Frente a este panorama, existente a tempo e, observado há anos, em visita a 15ª Coordenadoria de Educação, conversamos com os profissionais acerca de quem seria a responsabilidade sobre o local. Constatamos por meio de documentos publicados no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, que o Município de Ponte Preta possui a cessão de uso do local.

Fotografia 03 - Foto Atual da Escola Valentim Berto



Fonte: Acervo da autora, imagem de 03/11/2014.

Em 07 de fevereiro de 2000 temos a assinatura da primeira Súmula de Cessão de Uso, por meio do Departamento da Administração do Patrimônio Estado. Segundo o Termo de Cessão de Uso N°. 0018/2000 assinado em 20/01/2000, o Município ficou autorizado a ocupar o imóvel onde funcionava a Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Valentim Berto, de propriedade do Estado, por 1 (um) ano prorrogável desde que não ultrapassa-se quatro anos, gratuitamente para os “Projetos Floresta e Centro de Estudos Práticos Alternativos do Município”. Procurando lembranças acerca deste período, a fim de conhecermos o Projeto, não tivemos êxito. Em outras palavras, não foram encontradas fontes e, conversando com ponte-pretenses acerca do assunto, não foram constatadas memórias. Teria não ocorrido o projeto proposto?

A Súmula de Cessão de Uso subsequente é datada de 03 de março de 2004, na qual o Departamento da Administração do Patrimônio Estado por meio do termo de Cessão de Uso N°. 009/2004 autoriza o Município de Ponte Preta a ocupar gratuitamente o imóvel antes utilizado pela Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Valentim Berto. Porém, neste

documento o imóvel ainda é de posse do Estado, mas fora tombado no Departamento acima descrito sob o Código N° 4973, e, o prazo da cessão é indeterminado.

Pesquisando a história da escola alvo de nossa pesquisa, conhecemos diversos aspectos a cerca do funcionamento desta, bem como o processo de fechamento e a situação do prédio. Analisando os dados obtidos temos que, se por um lado o argumento principal para a extinção da instituição era que esta contava com poucos alunos; por outro lado, temos questões referentes à estrutura física do prédio, construído em 1991. Acrescentamos a isto, o fato de que a escola é nucleada em 1993 e, somente no ano de 2000 o Estado cede o uso do imóvel para o município. Além disso, temos em 2004, nova Súmula de Cessão de Uso ao mesmo cessionário, por tempo indeterminado e, a informação de que o imóvel havia sido tombado.

Frente a tais informações, nossa hipótese de que o Governo Estadual pode ter tomado decisões incoerentes com a Escola Valentim Berto, pode ser considerada plausível. Nos anos que antecedem a construção do novo prédio da Escola, conforme discutido anteriormente, o número de matrículas diminui consideravelmente ano após ano, assim como, já existiam informações a respeito do processo de nucleação a nível nacional. Se o prédio antigo, em madeira já não mais podia ser utilizado por estar em condições precárias, o número de alunos era reduzido e, haviam rumores dos planos para a nucleação, por que o fechamento do estabelecimento não ocorreu antes da década de 1990? Ou, por que a mudança de metodologia defendida pelos professores ainda em 1984, a fim de ser uma escola com a missão de manter o jovem no campo, não foi efetivada?

Várias são as inferências que podem ser feitas a respeito do fechamento da Escola Valentim Berto, assim como sua situação atual, que deixam uma triste marca na história. Conforme a Fotografia 03, o prédio encontra-se totalmente abandonado: porta aberta, vidros quebrados, vegetação encobrindo o prédio, acesso dificultado por obras asfálticas que a tempo encontram-se paralisadas.

Durante a entrevista realizada com Professor Mafaldo, conversando acerca da situação da Escola hoje, este contou-nos sobre seu sentimento: “É o que eu tenho para colocar hoje é que eu fico triste em ver o Colégio abandonado assim como ele tá aí. Um prédio novo, com tudo que tinha direito e tá ali fechado. Onde ali, até o Júlio [Prefeito de Ponte Preta]³⁸ tinha começado fazer o pré-escolar aqui.”³⁹ Ao que se refere ao funcionamento do Pré-Escolar, concordamos com o entrevistado, pois a autora desta pesquisa, frequentou esta modalidade de

³⁸ Inserido pela autora.

³⁹ Entrevista realizada com Mafaldo Berto. Em sua residência na cidade de Ponte Preta/RS. Data: 06/09/2014.

ensino no referido estabelecimento, durante o ano de 1995, único ano posterior ao encerramento das atividades da Escola Valentim Berto, no qual o prédio foi utilizado para fins educacionais. No período, crianças de 04, 05 e 06 anos de idade por meio do transporte escolar iam até a localidade no turno da tarde, para frequentarem as aulas ministradas por duas professoras.

Dando continuidade a entrevista, Professor Mafaldo concordou com a entrevistadora acerca da frequência desta nas aulas do Pré-Escolar e contou sobre sua ideia acerca de uma possível forma de utilização do prédio e do terreno da antiga escola:

É então. E hoje aqui no mínimo, no mínimo ainda daria para fazer um convênio, claro, não é fácil, porque o Estado é muito fechado nesses pontos aí. Teria que ter um convênio do Estado com o Município e, ali não tem uma área muito grande, mas que daria para fazer um viveiro de mudas aí, daria. E utilizar o prédio para algumas aulas teóricas lá dentro e distribuir as mudas, ou vender a um preço meio baratinho, para reflorestamento, ai caberia um viveiro de mudas.⁴⁰

Concordando com a ideia do depoente de utilizar o espaço para um viveiro de mudas, citamos que hoje existe aula em turno integral nas escolas do município, sendo que uma das disciplinas poderia se dedicar a cuidar deste viveiro. Com alegria, Professor Mafaldo continuou falando:

É, em um dia de tarde, vir aí, não pequenos, mas da 7ª, 8ª série, poderiam vir aí encher as embalagens, fazer repicagem, regar, poderiam formar mudas. Ali na valeta, na drenagem da estrada, seria só fazer mais uma escavação com uma retroescavadeira, de 1,5m de profundidade, que tem água a vontade de banhado para irrigar as próprias mudas, precisaria uma bomba, mas uma bomba hoje é o mínimo.⁴¹

Por fim, nossa entrevista termina com uma preocupação do Professor: "[...] Mas ali, caberia alguma coisa para fazer com isso aí. Eu até fico assim ainda que até hoje ninguém invadiu esse prédio, porque você de repente amanhece um dia com uma família dentro. Com um vizinho novo, quem é que tira? [...]"⁴²

4.4 EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA ALTERNATIVA VOLTADA A REALIDADE RURAL

Ainda o primeiro capítulo, conceituamos a expressão: educação rural. Vimos, segundo Oliveira e Campos (2012), que esta tinha o objetivo de escolarizar os camponeses visando

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ Ibidem.

⁴² Ibidem.

inserir-los no mundo do trabalho urbano. Após a análise realizada neste trabalho, constatamos não ser a educação rural o sistema educacional adequado às populações do campo, pois além de não auxiliar a fixar o camponês no campo, colabora com o êxodo rural e a miséria das cidades. Desta forma, apresentamos a educação do campo como proposta de escola para as populações de trabalhadores rurais. Ao que se refere este modelo de educação, dialogamos com os autores citados por Roseli Caldart na obra *Dicionário da Educação do Campo* publicado em 2012, quando apontam para:

Utilizar-se-á a expressão *campo* e não mais a usual *meio rural*, com o objetivo de incluir no processo da Conferência uma reflexão sobre o sentido atual do *trabalho camponês* e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência deste trabalho. Mas quando discutimos a educação do campo estamos tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. Embora com essa preocupação mais ampla, há uma preocupação especial com o resgate do conceito de camponês. Um conceito histórico e político [...] (CALDART, 2012, 258 *Apud* KOLLING, NERY e MOLINA, 1999, p. 26)

O paradigma educação do campo tem datado seu surgimento em julho de 1997, durante a realização do Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA) na Universidade de Brasília, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em parceria com demais organizações. (Molina e Jesus, 2004, p. 38). Sendo assim, ao se falar sobre esta proposta de educação, se faz necessário salientar o protagonismo dos movimentos sociais do campo nas lutas desencadeadas em função do bem estar dos moradores da zona rural. Podemos dizer que os movimentos sociais foram os responsáveis pela articulação do movimento *Por uma Educação do Campo*, que luta por um sistema de ensino diferenciado e voltado à realidade camponesa.

Construir uma escola do campo significa levar em consideração a especificidade do povo camponês: a perspectiva da educação do campo é exatamente a de escolarizar este contingente populacional que trabalha e reside no meio rural, para que continuem a viver no campo. Em outras palavras, ajudar os camponeses a sentirem orgulho de sua origem e realidade, por meio da valorização de sua cultura.

Por escola do campo, trazemos o conceito descrito por Miguel Gonzalez Arroyo e Bernardo Mançano Fernandes, no segundo volume da coleção *Por uma Educação Básica do Campo* - 1999 que salientam:

Uma escola do campo é a que defende os interesses, a política, a cultura e a economia da agricultura camponesa, que construa conhecimentos e tecnologias na direção do desenvolvimento social e econômico dessa população. A sua localização

é secundária, o que importa são suas proximidades política e espacial com a realidade camponesa. (ARROYO e FERNANDES, 1999. p. 33)

Não se trata de uma escola *no* ou *para* o campo, e sim, uma escola *do* campo, com a cultura, os valores de seus habitantes, voltada a suas necessidades, idealizada por sujeitos que fazem parte do contexto rural. Sendo, portanto, contrárias às escolas rurais que eram agenciadas por pessoas distantes de sua realidade: os governos. Por tal motivo, apontavam como única direção a seus alunos, a vida nas cidades e o mundo empresarial, ou seja, a tendência que emergia no contexto do qual estavam inseridos e interessados.

Em abril de 2002, o por meio da Resolução CNE/CEB 01/2002 é instituído as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. A referida norma explicita a organização do sistema educacional no campo, além de reconhecer o meio rural em sua diversidade. Destacamos alguns itens para melhor compreender sua funcionalidade:

Art. 4º O projeto institucional das escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação escolar com qualidade social, constituir-se-á num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável.

Art. 5º As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

[...]

Art. 7º É de responsabilidade dos respectivos sistemas de ensino, através de seus órgãos normativos, regulamentar as estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização da organização do calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os princípios da política de igualdade. (BRASIL, 2002, p. 01-02)

Percebemos que a norma busca levar em consideração a vida no campo, vincula a realidade do homem do campo, as diferenças culturais, os saberes próprios ao contexto escolar e, sugere a educação como forma de aperfeiçoamento. Propõem flexibilidade ao calendário escolar, em atenção a LDB 9.394/96, objetivando adequar este aos trabalhos do campo, assim como, defende o desenvolvimento nacional baseado nas práticas ecologicamente sustentáveis.

Podemos considerar a Resolução CNE/CEB 01/2002, como um produto da luta pela universalização da educação como direito social de todos que vivem no campo. A partir disto, se faz plausível lutar pelo reconhecimento da educação do campo como política pública educacional, objetivando firmar o território rural, além de produtor agrícola, como espaço de ensino-aprendizagem e produção de conhecimento.

Durante a leitura do quinto volume da coleção *Por uma Educação Básica do Campo – Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo* – 2004, nos deparamos com as ideias de Roseli Salete Caldart a respeito do tema pesquisado. A autora expõe algumas posições ao projeto educacional do campo:

- a) A Educação do Campo é incompatível com o modelo de agricultura capitalista que combina hoje com o Brasil latifúndio e agronegócio, exatamente porque eles representam a exclusão da maioria e a morte dos camponeses. Educação do Campo combina com Reforma Agrária, com Agricultura Camponesa, com agroecologia popular. [...]
- b) A Educação do Campo tem um vínculo de origem com as lutas sociais camponesas. Pensa a educação dos sujeitos do campo desde o vínculo com a luta pelos direitos das mulheres camponesas, com a luta pela reforma agrária e por um projeto camponês de desenvolvimento do campo [...]
- c) A Educação do Campo defende a superação da antinomia rural e urbano e da visão predominante de que o moderno e mais avançado é sempre o urbano, e que a tendência de progresso de uma localidade se mede pela diminuição de sua população rural. [...]
- d) A Educação do Campo participa do debate sobre desenvolvimento, assumindo uma visão de totalidade, em contraposição à visão setorial e excludente que ainda predomina em nosso país, reforçando a ideia de que é necessário e possível fazer do campo uma opção de vida, vida digna. [...]. (CALDART, 2004, p. 15-16).

A partir destas constatações, percebemos a seriedade e o compromisso do movimento *Por uma Educação Básica do Campo* para com os camponeses. Um projeto voltado para as necessidades e realidades cotidianas rurais, que deixa de lado o agronegócio, o latifúndio, a exclusão social e trabalha envolvido com o modelo popular de agricultura, identificando as características da produção popular camponesa que auxiliam no desenvolvimento do setor agrícola.

Pela análise do Regimento Escolar Padrão do Ensino Fundamental das Escolas do Campo do Rio Grande do Sul⁴³, constatamos como primeiro objetivo da educação do campo, ser organizadora e produtora de ensino de qualidade as populações que atende. Ao que se refere às finalidades das escolas do campo, são apresentados diversos temas, alguns já citados acima, como a reconhecimento dos modos próprios de vida dos camponeses visando à valorização destes, pois o pertencimento ao grupo é importante para a construção das identidades sociais. Também, discorre a respeito da valorização dos saberes dos camponeses e, do papel destes na produção do conhecimento. O documento também expõe a obrigatoriedade das escolas do campo trabalharem de forma diversificada, transversal e integrada com todas as áreas do conhecimento.

⁴³ Aprovado em Sessão Plenária pela Comissão de Ensino Fundamental do Estado, em 29 de Janeiro de 2014.

Esperamos que a proposta de Educação do Campo seja eficiente, implementada de maneira correta, e que não sofre com desvios durante sua execução. Não desejamos que ocorra com as Escolas do Campo, o mesmo que aconteceu com as Escolas Rurais, como o caso da Escola Valentim Berto aqui estudado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No trabalho aqui realizado, discutimos acerca da educação rural, em específico a respeito da Escola Valentim Berto, no qual foi possível constatar alguns aspectos relacionados à educação primária rural unidocente e multisseriada. Analisamos o percurso histórico desta instituição, que funcionando por 31 anos e foi a responsável pela iniciação aos estudos de cerca 784 alunos, todos residentes na Comunidade Valentim Berto e arredores, ou seja, na zona rural.

A Constituição Federal de 1988 reconhece a educação como direito humano, em seu Art. 205. Neste, a educação é assegurada como direito a todos os homens como sendo de responsabilidade do Estado e da família. Sejam os destinatários brancos, negros, indígenas, amarelos, quilombolas; pobres, ricos, moradores de rua ou de condomínios, das cidades ou da zona rural, todos tem o direito à educação. Porém, existiram e continuam existindo diferenças ao que se refere à oferta da educação pública.

Quando nos dedicamos à tarefa de consultar alguns documentos da Legislação Educacional Brasileira, percebemos que esta necessariamente deveria ser realizada juntamente com um pequeno resgate da história nacional. Tal prática fez essencial, pois segundo Aranha (1996) “[...] a educação não é um fenômeno neutro, mas sofre os efeitos da ideologia, por estar de fato envolvida na política.” (. p. 19) E a política, por sua, vez define os rumos dos países.

Ao centrar a pesquisa na análise das Constituições Brasileiras, ao que se refere especificamente à educação primária rural, verificamos que o tema é citado apenas no documento de 1934, ao que diz respeito ao financiamento, que deveria ser de 20% do orçamento anual. A norma, assim como as demais, não determina absolutamente nada a respeito do ensino-aprendizagem em escolas da zona rural. Quando discutem sobre educação, referem-se em específico a formação profissional, ou seja, a formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho, já que por volta dos anos 60 o país inicia seu processo de urbanização e industrialização.

Dando continuidade a apreciação das Normas Educacionais, nos detemos nos Decreto-Lei N.º 8.529/1946 - Lei Orgânica do Ensino Primário - e o Decreto-Lei N.º 8.530/1946 - Lei Orgânica do Ensino Normal. Nestes, constatamos que ao especificar as disciplinas, não são feitas menções às características do trabalho na zona rural, apenas deixam em aberto algumas possibilidades, para que se posam inserir temáticas relacionadas, por exemplo, ao cotidiano dos alunos, no decorrer do planejamento curricular. Ao se referir à formação de professores,

temos que os profissionais que se dedicavam aos estudos para posterior atuação em escolas da zona rural, eram denominados Regentes de Ensino Primário. Desta forma, constatamos que existia na nomeação geral dos docentes certo grau de desprezo com os que se dedicavam a atuar nas zonas interioranas do Brasil. Podemos dizer que a dicotomia campo/cidade – arcaico/moderno - já estava presente na gênese do processo educacional.

Com a análise das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional percebemos que no decorrer dos anos, com os novos textos, houve avanços alusivos ao tratamento da educação primária rural. Alguns deles referentes aos proprietários rurais, por exemplo, que deveriam facilitar o acesso das crianças à escola, a flexibilidade dos currículos que deveriam se adaptar aos períodos de plantio e colheita, a inclusão de disciplinas optativas podendo ser direcionadas as práticas rurais. Porém, logo comprovamos com auxílio do estudo de Gritti (2003) que nem todas as descrições das normas eram praticadas: “Deste modo, disciplinas com tais características não integraram os currículos das escolas normais”. (p. 32)

O Art. 28 da LDB 9.394/96, ao fazer referência à educação no meio rural utiliza-se várias vezes da palavra “adequação” e, faz uso também do termo “adaptação”. O uso recorrente de tais termos pressupõe que o ensino das escolas urbanas, apenas passa por um processo de adaptação e adequação de maneira a ser implantado na zona rural. Não existindo, portanto um sistema educacional voltado para as especificidades do aluno de origem rural: os conteúdos são iguais os das escolas urbanas. Temos escolas no meio rural, mas estas são alheias à zona rural, pois são elaboradas por pessoas distantes desta realidade.

Segundo leituras de Viera e Farias (2007) e Quadros (1999), tanto em contexto nacional, quanto estadual à educação estava sendo menosprezada até a década de 1950. A precariedade de recursos, a má distribuição destes e a falta de políticas públicas na área educacional, por parte do governo, aliado a carência de educadores, escolas e até salas de aulas podem ser considerados alguns dos principais agentes responsáveis pela situação. É a partir do processo de desenvolvimento do país que o debate em torno da educação emerge.

A respeito da apreciação das Normas Educacionais, verificou-se que a educação está inserida em um campo permeado de tensões políticas, sociais e econômicas que a direcionam conforme seus interesses. A educação rural, como prevíamos, foi deixada de lado por longo período e, quando percebida pelos governos, tratada em segundo plano, ou seja, não foram elaborados programas educacionais para a área rural. Os governos centralizaram seus investimentos para a execução do projeto de industrialização do país, buscando por meio desta o crescimento. E, para tal deixaram as políticas educacionais fora de suas prioridades

imediatas. Quando estas passaram a ser de seus interesses, as implementaram com vistas a atender a demanda do mercado de trabalho emergente.

O projeto “Nenhuma criança sem Escola no Rio Grande do Sul” do governador Leonel de Moura Brizola, levou escolas aos mais distantes locais do território a fim de possibilitar o acesso à educação a todos e, amenizar a situação deprimente desta no momento. Aliado a este, estava à ideia de desenvolvimento econômico e social do Estado, seguindo o modelo nacional de industrialização e urbanização, como colocado por Quadros (1999) “a escola está aberta para receber o ‘mundo de lá – da cidade’”. (p. 108). Percebemos no projeto estadual a existência de um binômio circunscrito: educação e desenvolvimento deveriam andar juntos.

E, foi por meio deste Plano de Emergência de Expansão do Ensino Primário, que surge o Grupo Escolar em Valentim Berto. Como discutido no texto, constatamos por meio da entrevista com Professor Mafaldo esta informação, o que ratifica nossa hipótese de ser a criação da Escola pesquisada produto do governo Brizola e de seu plano para a educação: “As Brizoletas”. Porém, ao que se refere à hipótese de ser a Escola Valentim Berto promotora de atividades e disciplinas direcionadas ao meio rural, não encontramos respaldo. A instituição possuía currículo e práticas iguais as das cidades, não tinha como objetivo desenvolver nos alunos o sentimento de orgulho e de permanência no campo.

Ao pesquisar a respeito do número de alunos que frequentaram a Escola Valentim Berto, verificamos que o ano de 1967 concentra o maior número de estudantes matriculados: 45 alunos. Aliado a este dado, pesquisamos os profissionais que trabalharam no estabelecimento, ao que se faz possível afirmar que estes foram em maior número, quando a população de crianças atendidas também era mais expressiva. Mesmo contando com mais profissionais em alguns anos, o funcionamento das turmas eram em classes multisseriadas e unidocentes, e segundo Professor Mafaldo: “E se dava conta do recado.”

Os vários documentos analisados possibilitaram o conhecimento acerca das diversas nomenclaturas utilizadas para designar a escola pesquisada. Ela é criada em 1962 com a denominação de Grupo Escolar em Valentim Berto, em 1969 passa a se chamar Escola Rural Valentim Berto. Por fim, no ano de 1979, ocorre nova modificação quanto à nomenclatura do estabelecimento, que a ser Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Valentim Berto, até o encerramento de suas atividades. Com isso, verificamos que mesmo sendo uma instituição localizada na zona rural para ofertar ensino a população agricultora e estar em diálogo com a comunidade, por apenas (10) dez anos foi considerada pelo Estado como uma escola rural. Mas, quando investigamos a este respeito, constatamos que exclusivamente na nomenclatura consta Escola Rural, pois na prática curricular, era igual as das cidades.

Quando encontramos, dentre o acervo documental da Escola Valentim Berto o Ofício 05/84, um sentimento de angústia passou a nos acompanhar. Constatamos com o documento que os próprios professores da instituição haviam depreendido em reflexão de sua prática, que a metodologia utilizada não era a adequada. Esta não estava desenvolvendo nos alunos o gosto pelos estudos e sua posterior continuação, nem os incentivando a permanecer no campo. Servia como alavanca para estimular o êxodo rural e fortalecer a parcela miserável das cidades.

A angústia que mencionamos acima se refere à expectativa em encontrar uma resposta do Delegado de Educação, ao Ofício 05/84 e a mudança de metodologia da escola. Pela análise do documento, entendemos que os professores estavam insatisfeitos com a situação e dispostos a mudança: “[...] Deveríamos em nosso meio rural nos preocupar em estimular o nosso aluno a permanecer em seu meio, transmitindo a ele conhecimentos mais aprofundados em agricultura, transmitindo a eles uma nova metodologia de produção [...]” (Ofício 05/84. p. 02) Porém, não encontramos no acervo a que tivemos acesso, nenhum documento referente à resposta ao Ofício elaborado pelos professores, o que demonstra a situação de descaso em que estava inserida a educação, ainda em nível regional.

Ao que se refere à nucleação escolar, pelas quais muitas instituições foram obrigadas a encerrar suas atividades, inferimos se tratar de mais uma política educacional que fez parte da história das escolas da zona rural. Tal procedimento refere-se ao fechamento de escolas com salas multisseriadas e unidocentes em locais isolados e a transferência dos alunos para escolas-núcleos, localizadas na maior parte dos casos, nas cidades.

Os principais argumentos para a nucleação estavam relacionados a serem as escolas dos espaços rurais tidas como inferiores, devido trabalharem com a metodologia de salas multisseriadas e unidocentes, professores com qualificação menor para o trabalho, como visto, denominados de Regentes de Ensino. Aliado a estes, temos também motivos referentes a estabelecimentos em condições precárias, poucos recursos pedagógicos e bibliotecas de baixo acervo. Segundo a Secretaria de Educação, tais aspectos eram considerados obstáculos à educação de qualidade.

Temos o ano de 1993 como o último em que a Escola Valentim Berto esteve em funcionamento, após, encerra suas atividades seguindo orientações governamentais. De acordo com a entrevista com Professor Mafaldo “os planos para a nucleação” foram expostos para a comunidade escolar em poucas palavras, assim como, a nucleação foi implantada não havendo um diálogo entre as partes. Constatamos que prevaleceram as ideias políticas do

governo que apenas se dedicam a seguir critérios técnicos de educação. Não houve uma preocupação de ouvir as vozes dos sujeitos do campo.

Analisando os principais argumentos para a nucleação escolar no Estado do Rio Grande do Sul, ao que se refere à Escola Valentim Berto, concordamos com o que se refere à redução do número de alunos matriculados, eram apenas dez (10) no ano de 1993. Porém, ao em se tratando do ensino ofertado pela escola ser de qualidade inferior, não concordamos, pois encontramos dados em um Termo de Visita da 15ª Delegacia de Educação à escola, referente a meados de 1991, que considera o ensino-aprendizagem desenvolvido de excelente qualidade. Assim como, ao que diz respeito às instalações escolares, pois a Escola Valentim Berto contatava com prédio em alvenaria construído em 1991. Manifestamos aqui, nossa indignação com o fechamento do estabelecimento que contava com prédio praticamente novo e, foi abandonado. O referido procedimento nos leva a crer que as determinações do governo para com o estabelecimento caracterizam-se em falta de o planejamento e posterior procedimento inconveniente.

Nas leituras realizadas sobre os processos de nucleação, assim como a os dados auferidos da entrevista realizada e do conhecimento acerca da comunidade na qual se localiza a Escola Valentim Berto, podemos inferir a ocorrência do enfraquecimento das localidades. Professor Mafaldo contou-nos que a nucleação foi como “[...] tirar uma célula mãe da comunidade, a comunidade perdeu um braço, perdendo a escola [...]”⁴⁴. Aliado, a esta prática, a localidade reduziu drasticamente o número de moradores.

Com o funcionamento da Escola Valentim Berto, as crianças ficavam mais próximas de suas famílias, as famílias mais próximas da escola de seus filhos e dos professores, que moravam na comunidade. Essa relação próxima entre escola e comunidade proporcionava mais entusiasmo à vida dos moradores: as crianças organizadas pelos professores faziam apresentações na escola e na igreja em datas comemorativas. Havia as festividades desenvolvidas pela escola, na qual toda a sociedade local participava, a instituição escolar funcionava como elo de união entre comunidade e escola. Com a nucleação, esta relação ficou mais difícil. A escola localizada na sede do município de Ponte Preta ficou longe dos pais: a distância física que separa a escola, da localidade e das famílias afetou também a relação da instituição com as famílias. As relações ficaram mais frágeis, a participação dos pais na escola se tornou mais rara.

⁴⁴ Entrevista realizada com Mafaldo Berto. Em sua residência na cidade de Ponte Preta/RS. Data: 06/09/2014.

Refletindo acerca da atual situação da Escola Valentim Berto e, levando em consideração as informações da pesquisa histórica realizada, levantamos algumas questões referentes à instituição. Tais inconvenientes se referem à nostalgia que suponhamos se manifestar nas pessoas que hoje, ainda vivas, sentem ao lembrar do envolvimento das famílias em levar à escola para a comunidade a fim de manterem seus filhos por perto. Assim como, a dedicação dos professores, em especial Professor Mafaldo, que durante todo o funcionamento da instituição esteve trabalhando em favor da educação e, nos doadores do terreno para a construção da escola, que hoje se encontra em situação lamentável.

Frente ao triste contexto das escolas rurais, citamos a educação do campo como alternativa a população rural. Tal projeto visa suprir as lacunas da educação rural, ofertada durante todos esses anos. Enquanto a educação rural é organizada pelos governos visando ofertar educação para adaptar o homem ao projeto capitalista urbano industrial contribuindo para o êxodo rural; a educação do campo é constituída pelos movimentos sociais do campo buscando desenvolver um tipo de educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, valorizando sua identidade cultural e práticas, a fim de fixar a população atendida, no meio rural.

A cerca do assunto educação do campo, em nossa trajetória de pesquisa, este se encontra ainda em estudo. Pelo que conhecemos a respeito, compreendemos se tratar de uma nova política educacional para o campo que visa contribuir com a educação dos camponeses, “[...] para que se encontrem se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino.” (Molina e Jesus, 2004, p.18) Ainda, inferimos ser de extrema necessidade que a educação do campo permaneça ligada aos movimentos sociais que a idealizaram, a fim de que mantenha os interesses da população do meio rural.

Este trabalho procurou discutir e trazer para o meio acadêmico a problemática da educação rural, a partir do estudo da história da Escola Valentim Berto. Sabemos que existem algumas lacunas, como por exemplo, desenvolver mais estudos e reflexões ao que se refere à educação do campo, averiguar por que o município de Ponte Preta não faz uso do imóvel e terreno da antiga Escola, investigar o período posterior ao fechamento do estabelecimento, em que funcionou o pré-escolar municipal. Poderíamos desenvolver uma análise deste período, perguntando a nossas fontes porque o projeto de educação infantil não continuou, dentre outras questões que possam surgir. Acreditamos ter contribuído com o melhor entendimento acerca da nucleação das escolas rurais, bem como contribuir para trabalhos posteriores sobre a temática.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2. ed. rev. e atual, São Paulo: Moderna, 1996.

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. (Org.) **Por Uma Educação do Campo – A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 1999.

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do termo ao quadro teórico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BENJAMIN, César; CALDART, Roseli Salete. **Por uma Educação Básica do Campo: Projeto Popular e Escolas do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 2000.

BERTO, Édine; DONIN, Graziela Vitória. Escola Rural Valentim Berto. In: I Seminário Regional de Educação do Campo - Projetos Pedagógicos - I Seminário de História Oral - A Memória da Luta Pela Reforma Agrária na Fronteira Sul do Brasil. 02 a 04 de outubro de 2013. Erechim. **Anais ...** Erechim: UFFS e URI, 2013.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. **A Constituição Luso-Brasileira de 1822**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/imperio1.html>. Acesso em: 30/08/20014.

_____. **Constituição Política do Império do Brasil de 1824**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 30/08/20014.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 30/08/20014.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 30/08/20014.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 30/08/20014.

_____. **Lei Orgânica do Ensino Primário.** Decreto-Lei N.º 8.529/46. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01/05/2014.

_____. **Lei Orgânica do Ensino Normal.** Decreto-Lei nº 8.530/46. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01/05/2014.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 30/08/20014.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 4.024/61.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm. Acesso em: 30/08/20014.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 30/08/20014.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus Nº 5.692/71.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm. Acesso em: 30/08/20014.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.ht. Acesso em: 01/05/2014.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/96.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 01/05/2014.

_____. **Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002.** Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4533.pdf>. Acesso em: 30/08/2014.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para a construção do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo**. In: _____. MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. *Por uma Educação Básica do Campo: Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004. p. 10 a 31.

_____. et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular. 2012.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

DAVIES, Nicolas. **A educação nas constituições federais e em suas emendas de 1824 a 2010**. Revista HISTEDBR. On-line: Campinas, n.37, p.266-288, mar. 2010.

DURKHEIM, Émile. **A educação como processo socializador: função homogeneizadora e função diferenciadora**. In: _____ PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice. *Educação e Sociedade: leituras de sociologia da educação*. 13. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987. P. 34-48.

GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

GENTILI, Pablo. (Org.) **Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GRITTI, Silvana Maria. **Educação Rural e Capitalismo**. Passo Fundo, RS: UPF, 2003.

GOOGLE. Maps. **Ponte Preta**. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Pte.+Preta+RS>. Acesso em: 28/09/2014.

MADEIRA, Claudemir Pereira. **Da Multisseriação à Nucleação: a Escola Municipal Alfredo Dias de Cerrito/RS – Décadas de 1980 a 1990**. 2010. 133f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Curso de Pós-Graduação em Educação, Pelotas, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/>. Acesso em 01/10/2013.

MARINI, Everaldo. **Nucleação de comunidades escolares tradicionais no município de Nova Petrópolis: perspectivas interculturais no processo de escolarização**. 2010. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro Universitário La Salle, Curso de Pós-Graduação em Educação, Canoas, 2010. Disponível em:

http://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/tcc/mestrado/educacao/2010/emarini.pdf. Acesso em 01/10/2013.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Asevedo de. (Org.) **Por Uma Educação do Campo – Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004.

PIRAN, Nédio. **Perspectivas dos camponeses no Alto Uruguai**. IGCE/UNESP, Rio Claro, 1995.

QUADROS, Claudemir de. **Brizoletas: A Ação do Governo de Leonel Brizola na Educação Pública do Rio Grande do Sul (1959-1963)** – Nenhuma Criança sem Escola no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Educação) – Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, Curso de Pós-Graduação em Educação, Passo Fundo, 1999.

QUADROS, Claudemir de. **As brizoletas cobrindo o Rio Grande: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963)**. Santa Maria: Editora UFSM, 2003.

RODRIGUES, Caroline Leite. **Educação no Meio Rural: Um estudo sobre salas multisseriadas**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Curso de Pós-Graduação em Educação, Belo Horizonte. 2009. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/educa_o_no_meio_rural_um_estudo_sobre_salas_multis_seriadas.pdf. Acesso em: 25/03/2014.

ROMPATTO, Maurílio. **A Oralidade como fonte de pesquisa em História Regional**. História Agora: A Revista da História do Tempo Presente. Agosto/2010. Disponível em: http://www.historiagora.com/dmdocuments/revista9_DOSSIE_4.pdf. Acesso em 05/08/2014.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 11^aed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO RIO GRANDE DO SUL. **Regimento Escolar Padrão do Ensino Fundamental para Escolas do Campo RS**. 2014. Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/dados/edcampo_regim_esc_padrao_ef_escolas_campo_aprov_ceed.pdf. Acesso em: 20/09/2014.

SILVEIRA, Tânia Cristina da. **História da Escola Rural Santa Tereza (Uberlândia/MG 1934 a 1953)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Pós-Graduação em Educação, Uberlândia,

2008. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/HistoriaEscolaRural.pdf. Acesso em: 25/03/2014.

URI. **Localização Geográfica do Município de Ponte Preta/RS**. Laboratório de Geoprocessamento e Planejamento Ambiental. 2007 – URI – Campus Erechim.

VIERIA, Sofia Lerche. e FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Política Educacional no Brasil: introdução Histórica**. Brasília: Liber Livro, 2007.

Documentos da Escola Valentim Berto:

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL. **Parecer N.º 369/95**. Declara cessadas, nas datas indicadas, as atividades das Escolas Estaduais de 1º Grau Incompleto pertencentes à 15ª Delegacia de Educação, relacionadas no item 5 deste parecer. 31/01/1995.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL. **Parecer N.º 243/84**. Processo N.º. CEE 568/1982. Normas referentes à cessação de atividade escolar e à extinção de estabelecimento e de grau de ensino. 20/12/1983.

ESCOLA ESTADUAL DE 1º GRAU INCOMPLETO VALENTIM BERTO. **Biografia de Valentim Berto**. s/d.

_____. **Livros de Matrículas**. 1962 a 1993.

_____. **Boletins Estatísticos**. 1962 a 1993.

_____. **Diários de Classe**. 1962 a 1993.

_____. **Livros de Controle – Frequência – Conteúdos – Avaliação**. 1962 a 1993.

_____. **Escrituração do Patrimônio Escolar**. 1962 a 1993.

_____. **Registro de Funcionários**. 1962 a 1993.

_____. **Correspondências**.

_____. **Ofício 05/1984.** 08/11/1984.

_____. **Biografia de Valentim Berto.** s/d.

_____. **Doação de Terreno.** 13/07/1981.

_____. **Termo de Visita.** 03/07/1991.

_____. **Ata N.º 02/93.** 23/12/1993.

_____. **Ata N.º 01/94.** 16/04/1994.

_____. **Ata N.º 01/95.** 06/10/1995.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Decreto N.º 13. 482/62.** 25/04/62.

_____. **Decreto N.º 19.818/69.** 13/08/1969.

_____. **Portaria N.º 23.542/79.** 29/10/1979.

_____. **Regimento Escola Estadual de 1º Grau Incompleto.** 1983.

_____. **Portaria 4.65/85.** 25/02/1985.

_____. **Decreto N.º 36. 091/95.** Extingue Estabelecimento de Ensino. 21/07/1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE PRETA. **Histórico do Município de Ponte Preta.** 1993.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS, DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Súmula de Cessão de Uso.** 07/02/2000.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS, DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Súmula de Cessão de Uso**. 03/03/2004.

Fontes Orais:

BERTO, Mafaldo. **Mafaldo Berto**: entrevista. Entrevistadora: Édine Berto. Ponte Preta: UFFS, 2014. MP3. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa Grupo Escolar em Valentim Berto.

ANEXO A – Autorização de Uso de Entrevista.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
LABORATÓRIO DE LINGUÍSTICA E HISTÓRIA ORAL.

AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE ENTREVISTA.

Eu, **Mafaldo Berto**, portador da cédula de identidade nº1023303281 - SSP autorizo os procedimentos abaixo citados no tratamento da entrevista por mim cedida no **dia 06 de Setembro de 2014** e posteriormente por mim conferida. A entrevista integra o projeto de pesquisa “Grupo Escolar em Valentim Berto”, desenvolvido na Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim, pela acadêmica Édine Berto, e constituirá o acervo do Laboratório de História Oral da dita Universidade, podendo vir a ser utilizada em futuros trabalhos de pesquisa envolvendo seu conteúdo.

- Transcrição
 Disponibilização da transcrição por meios virtuais
 Disponibilização do áudio
 Disponibilização de fotografia para fins ilustrativos



Mafaldo Berto
Entrevistado

Ponte Preta, 22/09/14

Local e data